

RESULTADO DO TRIMESTRE É MARCADO PELO FIM DO CONTRATO COM A AES ELETROPAULO E RECUPERAÇÃO DA HIDROLOGIA

Comentários do Sr. Francisco Morandi

Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Barueri, 06 de maio de 2016 - A AES Tietê Energia S.A. (BM&FBovespa: TIET3, TIET4 e TIET11) anunciou hoje os resultados referente ao 1T16. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados, de acordo com a legislação societária.

O primeiro trimestre de 2016 foi marcado por uma leve recuperação da hidrologia e pela manutenção da retração do consumo de energia no País. Tais elementos, associados ao despacho de térmicas fora da ordem de mérito, que se mantém ainda em patamares elevados, resultaram na queda do preço spot médio e, como consequência, na redução dos custos operacionais da AES Tietê Energia, no comparativo entre o 1T16 e 1T15.

A recuperação parcial da hidrologia no submercado Sudeste no trimestre, que resultou na queda do spot médio no primeiro trimestre de 2016 de 91% frente ao valor registrado no mesmo período do ano anterior (R\$ 34,69/MWh no 1T16 vs. R\$ 388,48/MWh no 1T15) e a redução 7,8 p.p. do mecanismo de redução da garantia física do sistema, efeito conhecido como GSF, foram fatores preponderantes para a redução de 55% dos custos com compra de energia da Companhia no período. Se desconsiderarmos desta análise os R\$ 34,6 milhões de impacto negativo com compra de energia no mercado spot referente a períodos anteriores, essa redução teria sido de 70%.

Em relação à receita, este trimestre foi marcado pelo término do contrato bilateral com a AES Eletropaulo e pelo início da venda da garantia física da Companhia no Mercado Livre e Mercado Regulado. Considerando o término do contrato bilateral com a AES Eletropaulo, com preço médio de R\$ 206,31/MWh no 1T15, e a diferença de sazonalização entre o 1T15 e 1T16, a receita bruta da Companhia reduziu 41% (R\$ 300,7 milhões). Em relação a receita, este trimestre foi marcado pelo término do contrato bilateral com a AES Eletropaulo e pelo início da venda da garantia física da Companhia no Mercado Livre e Mercado Regulado. Considerando o término do contrato bilateral com a Eletropaulo, com preço médio de R\$ 206,31/MWh no 1T15) e diferença de sazonalização entre o 1T15 e 1T16, a receita bruta da Companhia reduziu 41% (R\$ 300,7 milhões).

Assim, pelos fatores acima expostos, a Companhia apurou um EBITDA positivo de R\$ 178,4 milhões (com margem de 46,6%) ante um EBITDA positivo de R\$ 390,1 milhões (com margem 56,5%) registrado no 1T15.

O lucro líquido da AES Tietê Energia totalizou R\$ 74,5 milhões no 1T16 (61,6% abaixo do lucro acumulado do 1T15). Assim, propomos a distribuição de R\$ 89,4 milhões de dividendos para primeiro trimestre de 2016, correspondentes a 120,0% do lucro líquido do trimestre.

Neste trimestre a Companhia investiu R\$ 21,5 milhões em seu programa de manutenção e modernização de seu parque gerador. Para o ciclo 2016-2020, a Companhia planeja investir R\$ 402,5 milhões.

Destaca-se também a assinatura de novos contratos de energia para o período de 2018 até 2020. Com essas contratações, os níveis de contratação para os anos de 2017, 2018 e 2019 totalizaram 88%, 66% e 33%, respectivamente.

Por fim, destaco a entrada da AES Tietê Energia no mercado de geração distribuída solar, com a celebração de novos contratos que totalizam 21 KWp.

RESULTADOS 1T16

Teleconferência de resultados

09.05.2015
11h00 (BR) e 10h00 (EST)

Código: AES Tietê

Conexão:

- Brasil: +55 11 3193 1001
+55 11 2820 4001

- EUA: +1 888 700 0802

Slides da apresentação e áudio
estarão disponíveis em:
ri.aestiete.com.br

Índice

DESTAQUES 1T16	2
CONTEXTO SETORIAL	3
PERFIL	6
PARQUE GERADOR	7
DESEMPENHO DO SETOR	8
DESEMPENHO OPERACIONAL	12
DESEMPENHO COMERCIAL	13
DESEMPENHO FINANCEIRO	17
PROVENTOS	22
DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL	27
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS	27
GOVERNANÇA CORPORATIVA	30
ANEXOS / GLOSSÁRIO	33

AES Tietê Energia S.A. (R\$ milhões)	1T15	1T16	Var (%)
Receita Bruta	733,6	432,8	-41,0%
Receita Líquida	690,0	383,2	-44,5%
Custos e Despesas Operacionais*	299,9	204,7	-31,7%
EBITDA	390,1	178,4	-54,3%
Margem EBITDA - %	0,6	0,5	10,0 p.p.
Lucro Líquido	193,8	74,5	-61,6%
Margem Líquida - %	0,3	0,2	-8,7 p.p.
Patrimônio Líquido	1.564,8	2.093,0	33,8%
Dívida Líquida**	1.374,5	688,3	-49,9%
Geração de caixa operacional	74,3	330,8	345,5%

* não inclui depreciação

Índices	1T15	1T16	Var (%)
Lucro Líq** / PL (vezes)	0,0x	0,2x	-816,0%
Dívida Líquida/ PL (vezes)	0,9x	0,3x	-62,6%
Dívida Líquida/ EBITDA** (vezes)	1,9x	0,6x	-68,4%
EBITDA/ Desp.Financ. (vezes)	7,0x	3,8x	-46,4%

** últimos 12 meses

Dados Operacionais	1T15	1T16	Var (%)
Energia Gerada - GWh	2.040,5	3.660,8	79,4%
Preço Contrato Bilateral*** (R\$/MWh)	0,2	0,1	-30,5%
Investimentos - R\$ milhões	30,3	21,5	-29,0%
Colaboradores próprios	350	350	0,0%

*** Contrato com AES Eletropaulo

TIET11: R\$ 14,34 (06/05/2016)

VALOR DE MERCADO: R\$ 5.467 milhões

VALOR DE MERCADO: US\$ 1.558 milhões

DESTAQUES 1T16

Hidrologia

- ↑ Afluência na região SE/CO no 1T16 de 103,3% do MLT¹ (vs. 58,7% no 1T15);
- ↑ Nível de reservatórios do SIN encerrou o 1T16 em 56,8% (vs. 30,1% no 1T15);
- ↑ Rebaixamento médio do MRE de 13,0% no 1T16 vs. 20,8% no 1T15.

Operacional

- ↑ O volume total de energia gerada pelas usinas da AES Tietê Energia atingiu 3.660,8 GWh, 79,4% superior ao mesmo período de 2015;
- ↑ Nível dos reservatórios da AES Tietê Energia encerrou o primeiro trimestre de 2016 em 96,8%, superior em 37,6 p.p. comparado ao mesmo período de 2015 (59,2%).

Comercial

- ↑ Celebração de novos contratos no trimestre para o período de 2018 até 2020, resultando em um portfólio de energia contratada de 88%, 66% e 33% da energia disponível da Companhia para 2017, 2018 e 2019 respectivamente.

Financeiro²

- ↓ Receita líquida de R\$ 383,2 milhões em 1T16; 44% inferior a 1T15, devido principalmente ao término do contrato com a AES Eletropaulo e a recontração dessa energia via Mercado Regulado e Livre e ao menor volume e preço de energia vendida no mercado de curto prazo, reflexo da sazonalização aplicada nos períodos;
- ↑ Custos e despesas operacionais, excluindo depreciação, totalizaram R\$ 204,8 milhões no trimestre, 32% inferior aos R\$ 299,9 milhões registrados no 1T15;
- ↑ PMSO gerenciável da AES Tietê Energia totalizou R\$ 46,6 milhões no 1T16, um aumento de 34% vs. 1T15 (R\$ 34,8 milhões);
- ↑ EBITDA de R\$ 178,4 milhões em 1T16 vs. um EBITDA de R\$ 390,1 milhões no 1T15 e lucro líquido de R\$ 74,5 milhões em 1T16 vs. R\$ 193,8 milhões no 1T15;
- ↑ R\$ 89,4 milhões de dividendos no 1T16; Dividend yield de 1,7% e payout de 120,0% no 1T16.

Reconhecimentos e Socioambiental

- ↑ Não houve registro de acidentes com colaboradores próprios, contratados ou população no 1T16;
- ↑ Em abril de 2016, foi concluída a auditoria de recertificação da ISO 55.001 em Gestão de Ativos. A AES Tietê Energia foi a primeira empresa na América Latina a receber a certificação, em 2015.

¹ Média de longo termo

² Valores de 2015 referem-se ao resultado da antiga Companhia Brasileira, excluindo resultado das operações descontinuadas (AES Eletropaulo, AES Elpa, AES Serviços, renomeada recentemente para AES Ergos e AES Uruguiana)

CONTEXTO SETORIAL

GERAÇÃO HIDRELÉTRICA NO BRASIL

A energia produzida pelas geradoras no Brasil é destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), que é formado por usinas geradoras das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e de parte da região Norte do País. De acordo com o Operador Nacional do Sistema (ONS), apenas 1,7% da capacidade de produção de energia elétrica do Brasil encontra-se fora do SIN, em pequenos sistemas isolados, localizados principalmente na Região Amazônica. As atividades de coordenação e controle da operação são executadas pelo ONS, que procura manejar o estoque de energia de forma a garantir a segurança em todo o País.

As variações climáticas podem ocasionar excedentes ou escassez de produção hidrelétrica em determinadas regiões e em determinados períodos do ano, uma vez que o volume de energia gerado pelas usinas hidrelétricas depende da hidrologia para acumulação de água em seus reservatórios. O SIN possibilita que toda energia gerada no sistema seja transmitida e distribuída da forma mais adequada por todo o País, permitindo a troca de energia entre as regiões, além de obter benefícios da diversidade das bacias hidrográficas.

De acordo com as regras do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o volume total de energia gerada pelas usinas hidrelétricas participantes desse mecanismo é alocado para cada usina, de forma proporcional aos seus respectivos níveis de garantia física³ (ou energia assegurada). Essa alocação busca garantir que todas as usinas participantes do MRE atinjam seus níveis de energia assegurada, independentemente dos níveis reais de produção. Se, após a etapa acima ter sido cumprida, todos os membros do MRE atingirem seus níveis de garantias físicas e ainda houver saldo de energia produzida, o adicional da geração, denominado “Energia Secundária”, é alocado proporcionalmente entre os geradores.

Da mesma forma, quando a geração de energia for inferior à garantia física das usinas do SIN, tal déficit também é rateado, proporcionalmente, entre os participantes do MRE, através do Generation Scaling Factor (GSF), efeito este conhecido como “Rebaixamento” da garantia física no MRE, podendo resultar em exposições ao mercado de energia de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Nas duas situações acima também pode ocorrer da alocação de energia no MRE se dar em um submercado distinto daquele onde a energia é gerada, o que pode ou não criar exposições à diferença entre o PLD dos submercados onde a usina se localiza e onde a energia é alocada. Tais exposições, sejam positivas ou negativas, estão sujeitas a um mecanismo de alívio financeiro e podem ser reduzidas ou eliminadas, dependendo da contabilização de curto prazo do mês em que se configurarem.

Além disso, as usinas despachadas pelo ONS estão sujeitas à aplicação do Mecanismo de Redução de Garantia Física (MRA). O MRA verifica se as usinas participantes do MRE cumpriram ou não os requisitos de disponibilidade estabelecidos. Estes cálculos são feitos considerando os parâmetros de interrupções programadas e forçadas, verificados em relação aos parâmetros de referência da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e, caso sejam descumpridos os requisitos de disponibilidade pelas usinas, a garantia física será ajustada podendo gerar exposições ao mercado de energia de curto prazo.

Os efeitos do MRA, de alocações do MRE, redução do GSF ou energia secundária são calculados e contabilizados por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

A comercialização de energia, de acordo com as regras vigentes, é realizada em dois ambientes: Ambiente de Contratação Livre (ACL) e Ambiente de Contratação Regulada (ACR). No Ambiente de Contratação Livre (ACL), os contratos de compra e venda de energia elétrica são negociados entre geradores, comercializadores e consumidores livres e especiais. Estes contratos podem ser de curto, médio ou longo prazos e o preço e o volume são negociados livremente entre as partes envolvidas.

³ A garantia física, calculada pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e pela ANEEL para cada usina hidrelétrica, é a quantidade de energia que uma usina tem o direito de comercializar por meio de contratos de longo prazo.

Consumidores livres são aqueles consumidores que possuem demanda mínima contratada igual ou superior a 3MW e podem escolher o seu fornecedor da energia elétrica (gerador e/ou comercializador) mediante livre negociação adquirindo energia com qualquer fonte, incentivada e/ou convencional. A fonte incentivada advém de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), Usinas Térmicas de Biomassa, Eólicas e Solar até 50 MW e a fonte convencional inclui grandes usinas hidrelétricas ou termelétricas acima de 50MW.

Consumidores especiais, são aqueles consumidores com demanda entre 500 kW e 3MW e são obrigados a adquirir energia de PCHs ou de fontes incentivadas especiais (eólica, biomassa ou solar).

Considerando o vencimento em dezembro de 2015 do contrato de energia com a AES Eletropaulo, a AES Tietê Energia iniciou em 2012 sua estratégia de comercialização de energia para negociar a maior parcela de sua energia disponível no ACL. O acompanhamento dessa estratégia está detalhado na seção “Estratégia de Comercialização de Energia e Outros Contratos Bilaterais” deste release.

No Ambiente de Contratação Regulada (ACR), a venda da energia ocorre somente por meio de leilões de compra e venda de energia promovidos pela CCEE, sob a delegação da ANEEL. Os contratos negociados nesse ambiente são denominados de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) e as condições contratuais são reguladas pela ANEEL. O preço desses contratos é estabelecido a cada leilão de energia.

Os contratos celebrados nestes ambientes são liquidados e contabilizados pela CCEE. Além disso, a CCEE contabiliza a energia produzida pelas usinas participantes do MRE e a garantia física disponibilizada à contratação e a eventual diferença é liquidada no mercado spot (ou mercado de curto prazo). O objetivo inicial dessa liquidação é atender ao MRE e as geradoras que não conseguiram produzir energia suficiente para suprir os seus contratos de energia. Em um segundo momento, caso haja excedente de geração, a energia gerada (energia secundária) pode ser liquidada no mercado spot ao valor do PLD.

REGULAÇÃO

Revisão da Garantia Física dos Empreendimentos Hidrelétricos

A determinação da garantia física é de fundamental importância aos agentes do setor elétrico.

De acordo com o Decreto 5.163, de 30 de julho de 2004, no seu artigo 2º, § 2º a garantia física de energia de um empreendimento de geração, definida pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) e constante do contrato de concessão ou ato de autorização, corresponderá às quantidades máximas de energia associadas ao empreendimento, que poderão ser utilizadas para comercialização.

Por sua vez, o artigo 4º, § 1º do mesmo Decreto determina que o MME, mediante critérios de garantia de suprimento propostos pelo Conselho Nacional de Política Energética (“CNPE”), disciplinará a forma de cálculo da garantia física dos empreendimentos de geração, a ser efetuado pela Empresa de Pesquisa Energética (“EPE”), mediante critérios gerais de garantia de suprimento.

À luz dos referidos dispositivos, a Portaria MME nº 303, de 18 de novembro de 2004, definiu a metodologia de cálculo das garantias físicas dos empreendimentos de geração de energia elétrica e estabeleceu no § 2º do seu artigo 1º que os montantes das garantias físicas dos empreendimentos de geração hidrelétrica, exceto Itaipu Binacional, corresponderiam aos vigentes na data de sua publicação, e seriam assim mantidos até 31 de dezembro de 2014.

No entanto, em 30 de dezembro de 2014 foi publicada a Portaria MME nº 681 na qual o MME determinou que as garantias físicas de usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente no SIN, inclusive Itaipu, permaneceriam válidas até 31 de dezembro de 2015. Essa portaria também estabeleceu a criação de grupos de trabalho formados por representantes do MME, agências reguladoras do Poder Executivo e de instituições representativas do Setor Elétrico, com o objetivo de discutir a metodologia e os modelos necessários à revisão ordinária das garantias físicas dessas usinas.

Em 17 de novembro de 2015, foi publicada Portaria MME nº 544/2015 na qual a nova metodologia de cálculo de Garantia Física de UHEs foi submetida à Consulta Pública com prazo para contribuição até 24 de janeiro de 2016. O resultado dessa Consulta Pública ainda não foi divulgado.

Os novos valores de Garantia Física passarão a serem vigentes a partir de 1 de janeiro de 2017, conforme publicado na Portaria 537, de 8 de dezembro de 2015.

Limites máximo e mínimo do PLD - Resolução Homologatória nº 2002/2015

Anualmente, no mês de dezembro, a Aneel estabelece os limites máximos e mínimos do PLD que vigorarão durante o ano seguinte. O PLD máximo é calculado com base no Custo Variável Unitário (CVU) mais elevado de uma Usina Termelétrica em operação comercial, a gás natural, contratada por meio de CCEAR. Para o cálculo do PLD mínimo consideram-se as estimativas de custos de geração da UHE Itaipu e os custos necessários para manter e operar os empreendimentos hidrelétricos, os encargos e a CFURH - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

Em 22 de dezembro de 2015, foi publicada a Resolução Homologatória nº. 2002/2015, que estabeleceu os limites máximo e mínimo do PLD, para o ano de 2016. Para 2016, PLD mínimo foi estabelecido em R\$ 30,25/MWh, com base nos custos de operação das usinas cotistas, adicionado à CFURH.

O PLD máximo para 2016, foi estabelecido em R\$ 422,56/MWh com base no CVU da usina termelétrica Mário Lago, determinada como térmica de referência.

Impactos da retração de geração hidroelétrica no MRE - GSF

Conforme anteriormente referenciado, o despacho hidrelétrico é definido pelo ONS, cujo modelo de despacho tem como objetivo principal o atendimento da carga e minimização do custo total de operação do sistema.

Os geradores hidroelétricos devem manter suas usinas disponíveis para despacho pelo ONS e não têm poder de decisão sobre o nível de energia gerada. Desta forma, o risco resultante desse modelo de operação centralizada é compartilhado apenas entre os geradores hidrelétricos por meio do MRE.

No entanto, considerando a mudança da matriz energética, com maior participação de usinas termelétricas, geração de reserva (eólicas, biomassa e solar), ou então fatores fora do controle dos geradores, tais como o despacho fora da ordem de mérito, retração do consumo e a importação de energia de países vizinhos, os geradores hidrelétricos ficam expostos, de forma involuntária, a um risco hidrológico muito superior ao previamente considerado em suas estratégias de contratação.

Assim, desde o final de 2013, a geração das usinas hidrelétricas participantes do MRE tem sido menor do que as suas respectivas Garantias Físicas, resultando em uma variável das regras de comercialização do GSF menor do que 1, que indica o nível de rebaixamento das garantias físicas para efeito da contabilização do mercado de curto prazo. O impacto econômico no ano de 2015 foi de R\$ 22 bilhões, desconsiderando o efeito de liminares.

As recentes liminares obtidas por agentes do setor elétrico limitaram ou neutralizaram o impacto do deslocamento hidrelétrico para algumas usinas pertencentes ao MRE. A Associação dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) obteve em 1º de junho de 2015, liminar favorável a todas as geradoras hidrelétricas abarcadas pela associação, entre elas a AES Tietê Energia, que impede que tal deslocamento hidrelétrico seja alocado aos geradores detentores da liminar nas próximas liquidações. Ressalta-se que os resultados registrados pela Companhia em 2015 possuem um impacto negativo do GSF, que totalizou 15,9% no ano.

Repactuação do GSF

Haviam duas propostas para repactuação do risco hidrológico: ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e ACL (Ambiente de Contratação Livre). A Companhia se enquadrava no ACL, contudo decidiu por não aderir à proposta uma vez que não fez sentido econômico. É importante destacar que nenhum outro gerador membro da APINE aderiu a proposta para o ACL.

Foi questionada à ANEEL a possibilidade da Companhia aderir à proposta no ACR, considerando a sua participação no Leilão A-1 em dezembro de 2015, com suprimento de energia a partir de janeiro de 2016. Entretanto, a ANEEL considerou que a Companhia não seria elegível pois o contrato vendido no referido Leilão iniciou em 2016, o que não assegurava o ressarcimento dos impactos do risco hidrológico referentes ao ano de 2015.

PERFIL

RESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA / ESTRUTURA ACIONÁRIA

No dia 03 de junho de 2015 a AES Tietê S.A., em conjunto com a Cia Brasileira, publicou Fato Relevante na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) informando o mercado sobre uma proposta de Reorganização Societária envolvendo essas companhias e as sociedades direta e indiretamente controladas pela Cia Brasileira.

A proposta de reestruturação foi submetida à aprovação dos órgãos societários competentes da AES Tietê e Cia Brasileira, bem como à aprovação das autoridades reguladoras. Desta forma em 31 de dezembro de 2015, o processo de reorganização foi efetivado. A reorganização foi realizada por meio da cisão parcial da Cia Brasileira e sendo o acervo cindido transferido para a Brasileira Participações S.A..

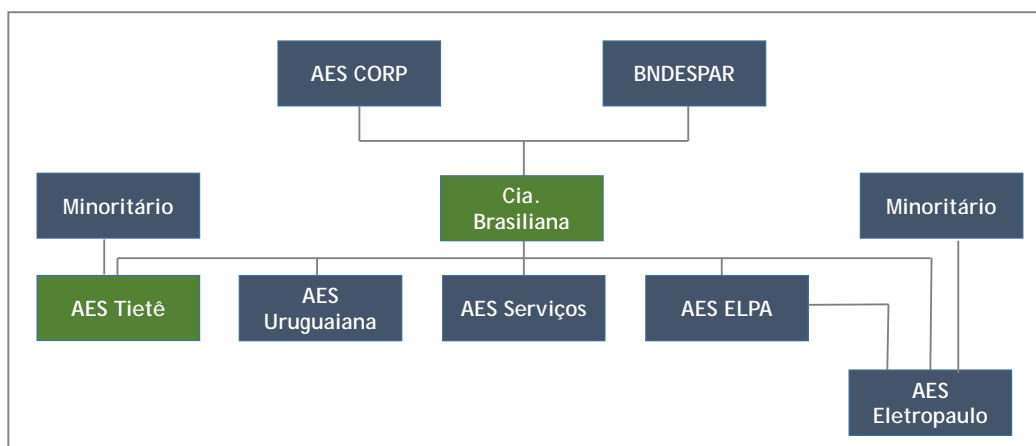
A Cia Brasileira passou a deter diretamente o controle exclusivo da AES Tietê e a Brasileira Participações S.A. passou a deter o controle, direto ou indireto, de todas as demais empresas (“Acervo Cindido” - AES Eletropaulo, AES Elpa, AES Uruguaiana e AES Serviços). Na etapa subsequente, a AES Tietê foi incorporada pela Cia Brasileira e conseqüentemente foi extinta, sendo esta última a entidade legal remanescente e cuja denominação social foi alterada para AES Tietê Energia.

Com a reorganização societária, um novo acordo de acionistas foi assinado entre AES Holdings Brasil e BNDESPAR Participações S.A (“BNDESPAR”). O acionista controlador direto da AES Tietê Energia continua a ser a AES Holdings Brasil. A AES Tietê Energia é indiretamente controlada pela The AES Corporation (“AES Corp”).

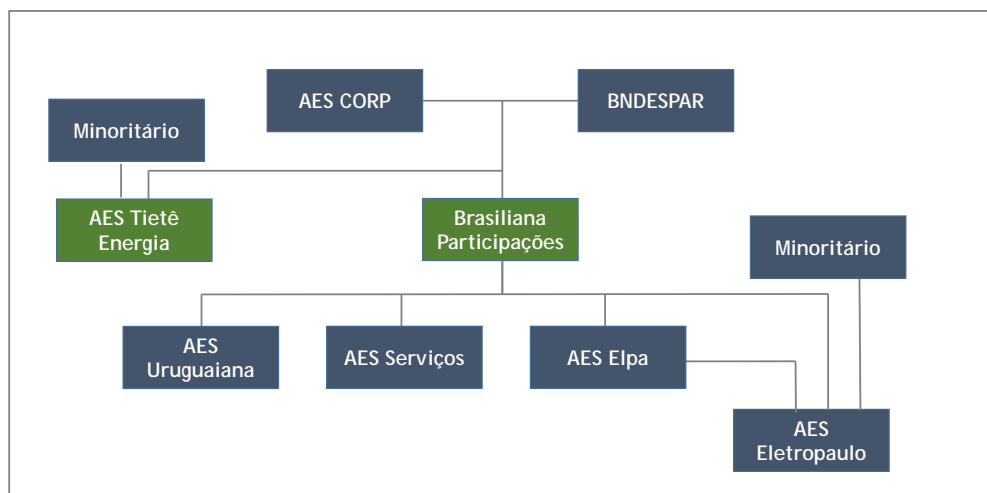
A reorganização societária teve como principais objetivos (i) fortalecer a AES Tietê Energia como plataforma de crescimento exclusiva do grupo AES no Brasil, no segmento de geração de energia elétrica no Brasil; (ii) aprimorar a Governança Corporativa da AES Tietê Energia, por meio da migração para Nível 2 da BM&Fbovespa (100% tag along); (iii) consolidar a liquidez com a criação de Units (1ON e 4PN); e (iv) simplificar e criar maior dinamismo do processo decisório, com um novo acordo de acionistas.

A seguir, resumo da estrutura societária antes e após a conclusão da Reestruturação Societária descrita acima.

Estrutura antes da Reorganização Societária



Estrutura após a Reorganização Societária



Em 31 de março de 2016, o capital social subscrito e integralizado da AES Tietê Energia é de R\$262,0 milhões, representado por 751.093.534 ações ordinárias e 1.155.173.928 ações preferenciais, com um *free float* total de 180.923.473 conforme demonstrado a seguir. Ao final do exercício, a AES Tietê Energia contava com aproximadamente 19,4 mil acionistas.

Acionista	ON	%	PN	%	Units	% Total
AES Holdings Brasil (AES Corp)	462.300.052	61,55%	-	0,00%	-	24,25%
BNDESPar	107.870.009	14,36%	431.480.036	37,35%	107.870.009	28,29%
Outros (Free Float)	180.923.473	24,09%	723.693.892	62,65%	180.923.473	47,45%
Total	751.093.534,0	100,00%	1.155.173.928,0	100,00%	288.793.482,0	100,00%

Em 31/03/2016

PARQUE GERADOR

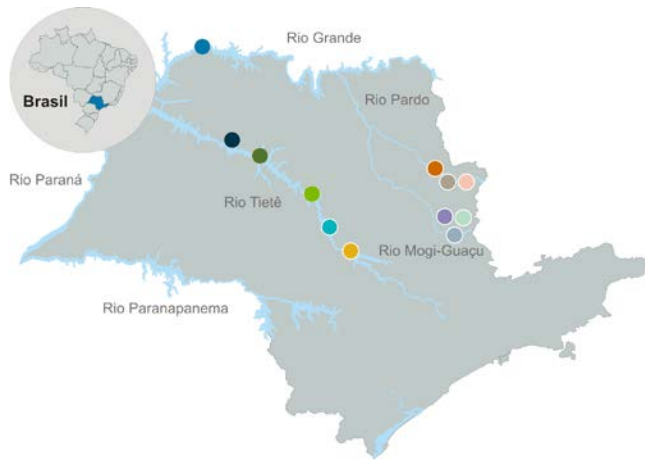
Até 31 de dezembro de 2015, a Cia Brasileira era uma sociedade por ações de capital aberto e tinha por objetivo exercer o controle de sociedades que atuam majoritariamente no setor de geração e distribuição de energia elétrica. Suas principais controladas eram: AES Elpa S.A. ("AES Elpa"), Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("AES Eletropaulo"), AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. ("AES Uruguaiana"), AES Tietê e AES Serviços TC Ltda. ("AES Serviços"), mediante participação direta ou indireta no capital dessas sociedades.

A AES Tietê Energia, após a Reestruturação acima mencionada, assumiu as atividades da AES Tietê e passou a ser uma das geradoras do grupo AES Brasil. A AES Tietê Energia é uma companhia de capital aberto com ações listadas na BM&FBovespa e está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público, na geração e comercialização de energia elétrica e na condição de produtor independente de energia.

Com um parque gerador formado por nove usinas hidrelétricas e três pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), a AES Tietê Energia atua no Brasil desde 1999 na geração e na comercialização de energia elétrica. A Companhia tem capacidade instalada de 2.658 MW e garantia física bruta de 1.278 MW.

As concessões das usinas hidrelétricas da AES Tietê Energia e da PCH Mogi-Guaçu vencem em 2029 e as PCHs São José e São Joaquim possuem autorização para operarem até o ano de 2032.

As usinas da AES Tietê Energia estão localizadas nos Rios Tietê, Pardo, Grande e Mogi-Guaçu, conforme demonstrado no mapa a seguir:



Usinas da AES Tietê Energia:

● Água Vermelha (1.396 MW)	● Ibitinga (132 MW)
● Nova Avanhandava (347 MW)	● Euclides da Cunha (109 MW)
● Promissão (264 MW)	● Caconde (80 MW)
● Bariri (143 MW)	● Limoeiro (32 MW)
● Barra Bonita (141 MW)	● PCH Mogi-Guaçu (7 MW)
● PCH São Joaquim (3 MW)	● PCH São José (4MW)

As 12 usinas da AES Tietê Energia possuem licenças ambientais de operação obtidas e válidas. Duas delas - Água Vermelha e Caconde - são licenciadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA") e as demais, pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo ("Cetesb").

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SUSTENTÁVEL

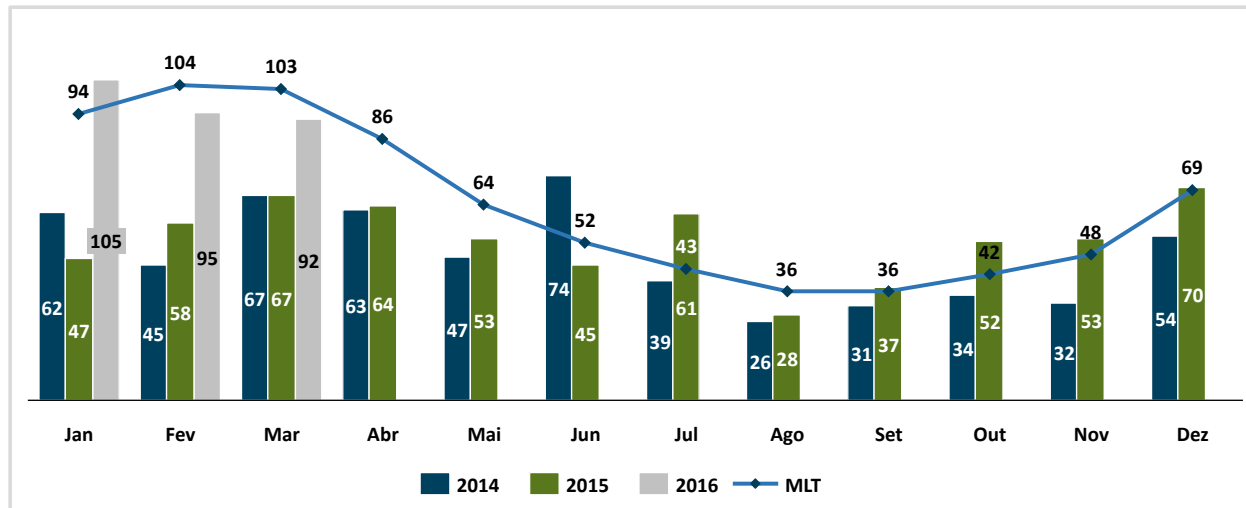
A estratégia da AES Brasil segue orientada pelo Planejamento Estratégico Sustentável 2015-2019 ("PES"), que define como direcionadores estratégicos da Companhia a Satisfação do cliente, Desenvolvimento de negócios, Eficiência no uso de recursos e disciplina na execução e Engajamento de públicos de relacionamento.

DESEMPENHO DO SETOR

RESERVATÓRIOS, DESPACHO TÉRMICO, AFLUÊNCIA E CARGA

A afluência registrada no SIN (também conhecida como Energia Natural Afluyente - ENA) foi superior à Média de Longo Termo (MLT) em janeiro de 2016, já em fevereiro e março a afluência registrada foi inferior à Média de Longo termo, conforme demonstrado gráfico a seguir:

Energia Natural Afluente⁴ no SIN (GWm)
2014 x 2015 x 2016 x MLT⁵

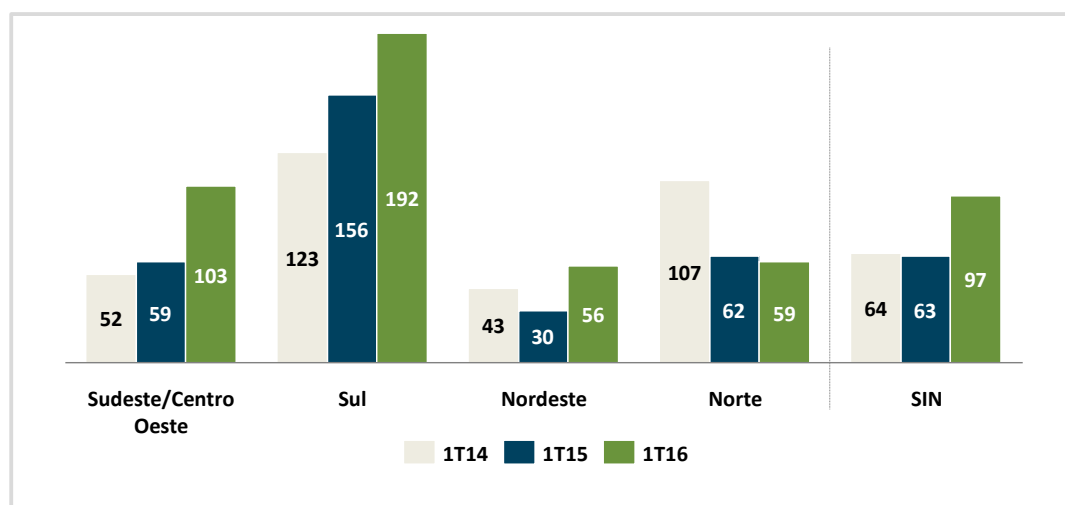


Comparativo 1T15 X 1T16

No 1T16, a afluência registrada no SE/CO, que representa aproximadamente 70% do sistema em capacidade de armazenamento, apresentou melhora de 44,6 p.p., quando comparada com a afluência do 1T15 (103,3% da MLT no 1T16 vs. 58,7% da MLT no 1T15).

A afluência registrada no SIN ao longo do 1T16 de 97,2% da MLT foi superior da afluência média do 1T15, que totalizou 62,5% da MLT. O gráfico a seguir apresenta um comparativo da evolução da ENA em cada um dos submercados e para o SIN, nos três primeiros trimestres de 2016, 2015 e 2014, em relação à média de longo prazo ("MLT") desde 1931.

Energia Natural Afluente nos submercados (% MLT)



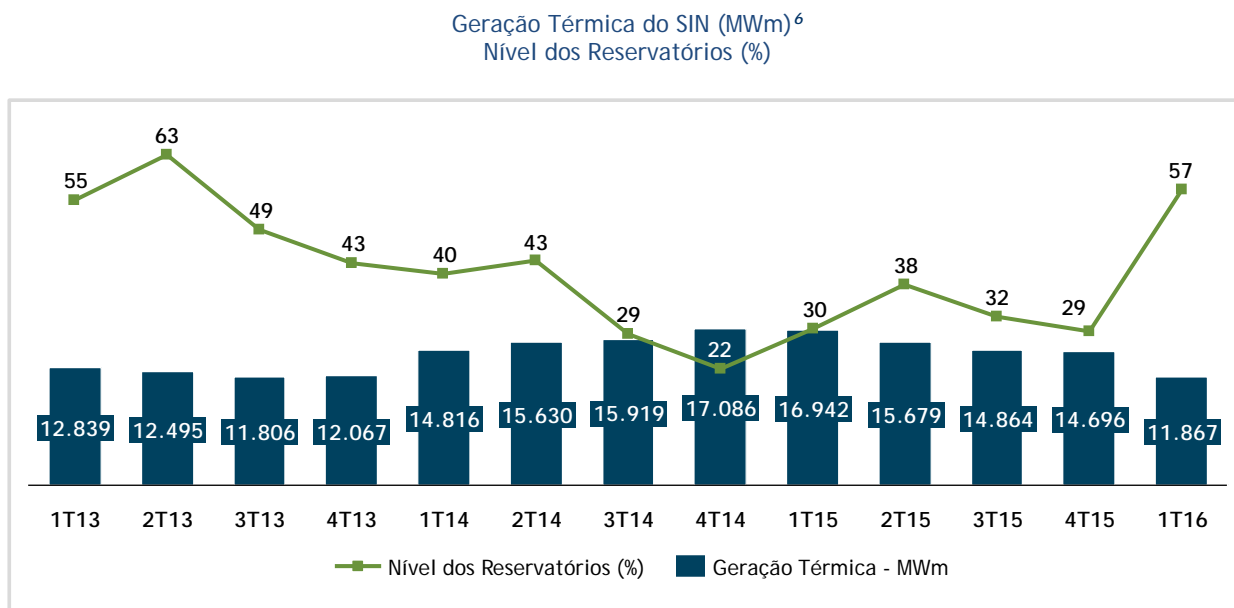
⁴ A Energia Natural Afluente, também conhecida como ENA, é um parâmetro utilizado para representar as afluências em um aproveitamento hidrelétrico.

⁵ Atualmente o setor utiliza os valores da MLT's divulgados em Dezembro de 2015 e é passível de alterações - Fonte: ONS.

Geração Térmica

Desde o final do ano de 2012, o ONS tem optado por manter a política de maior despacho térmico para preservar os reservatórios, em vista da baixa afluência verificada, reduzindo a geração hidrelétrica. No entanto, em função da retração do consumo no ano de 2015 e início de 2016 e melhora da hidrologia no ano de 2015 houve uma redução da geração térmica, que chegou ao patamar médio de 11,9 GWm no 1T16 ante 14,7 GWm no 4T15 e 16,9 GWm no 1T15.

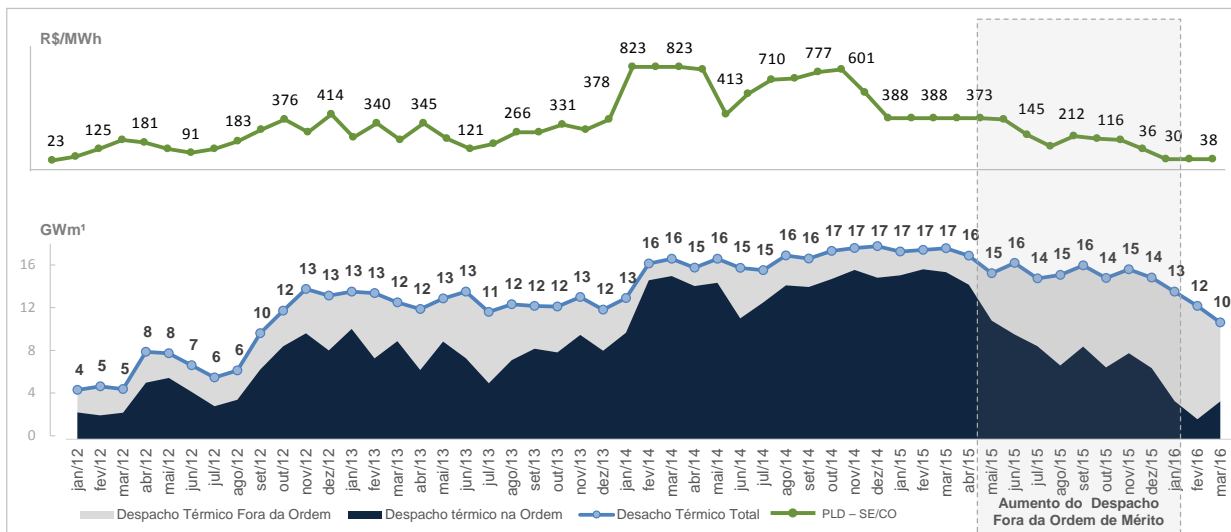
O gráfico a seguir ilustra a evolução da geração térmica do SIN desde o terceiro trimestre de 2012 até o quarto trimestre de 2015. É possível observar que apesar da elevação do nível de geração térmica no SIN ao longo de 2014, o nível dos reservatórios, a partir do segundo trimestre de 2014, sofreu uma redução expressiva, relacionada à hidrologia crítica do período. A partir do quarto trimestre de 2014 houve uma recuperação nos níveis de reservatórios devido a melhora da hidrologia e isso se reflete na queda da geração térmica no mesmo período.



O gráfico a seguir, demonstra um comparativo entre o despacho térmico por mérito e fora da ordem de mérito. A partir de maio de 2015 é possível observar um aumento relevante do despacho fora da ordem de mérito, o que justifica os baixos valores do PLD, em particular no submercado SE/CO. Pressupõe-se que o motivo do elevado despacho térmico neste período esteja associado a uma postura conservadora objetivando assegurar a recuperação dos níveis dos reservatórios para o período seco que se inicia em abril.

⁶ Dados do ONS.

Despacho térmico em relação à ordem de mérito (GWm)



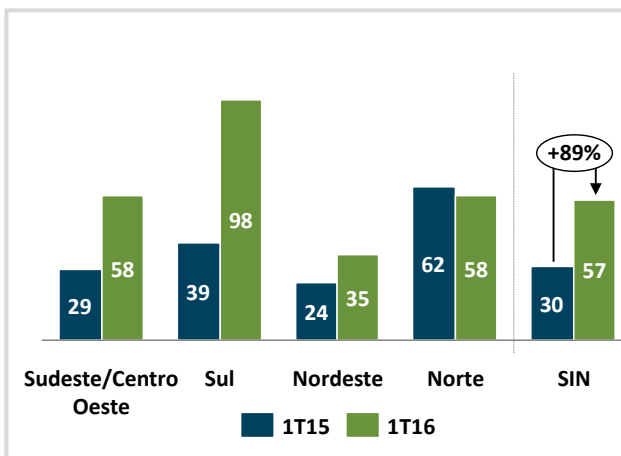
1 - Fonte: ONS (PEN 2015)

Destaca-se, no entanto, que o posicionamento adotado pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (“CMSE”) de manter a geração térmica em patamares ainda elevados, utilizando-se do despacho fora da ordem de mérito, resulta em um distanciamento entre a formação dos preços de energia e a operação real do sistema. Esse custo adicional do despacho fora da ordem de mérito é arcado principalmente pelos consumidores via do Encargo Serviço do Sistema (“ESS”).

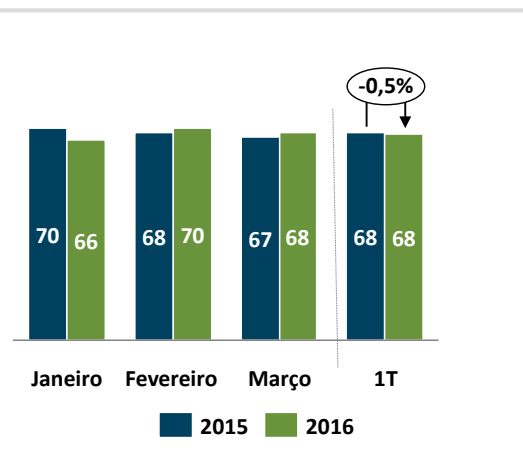
Carga SIN

No gráfico a seguir, é possível observar que carga do SIN sofreu uma redução de 0,5% no período de 1T16 vs. 1T15. A redução da carga, combinada ao maior nível de afluência no SIN e ao elevado despacho térmico, resultou em uma melhora no nível dos reservatórios de 89% no 1T16, quando comparado ao mesmo período no ano anterior.

Nível dos Reservatórios no SIN (%)



Carga no SIN (GWm)⁷



⁷ Valores obtidos a partir da geração de energia de todas as usinas programadas e despachadas centralizadamente pelo ONS, somada à de usinas não monitoradas pelo ONS. Fonte: ONS.

Nível reservatórios usinas AES Tietê Energia

O nível de armazenamento de energia equivalente nos reservatórios das usinas da AES Tietê Energia encerrou o primeiro trimestre de 2016 em 96,82%, nível superior em 37,61 p.p. ao primeiro trimestre de 2015. Tal desempenho foi superior ao do submercado em que as usinas da Companhia estão localizadas (SE/CO) e superior ao desempenho do Sistema Interligado Nacional (SIN) que encerrou, respectivamente, o 1T16 em 58,28% e 56,77% de sua plena capacidade respectivamente.

EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS E DISCIPLINA NA EXECUÇÃO

Maximizar valor antecipando e reduzindo riscos e impactos econômicos, sociais e ambientais também é um dos compromissos das empresas do Grupo AES Brasil.

Para fins de comparabilidade, a administração da Companhia apresenta nas próximas seções os resultados comerciais, operacionais, financeiros e socioambientais proforma para a AES Tietê Energia.

DESEMPENHO OPERACIONAL

ENERGIA GERADA

No Brasil, devido à predominância da fonte hidráulica na matriz energética (~62%⁸), adota-se o modelo de despacho centralizado, no qual o ONS determina o montante de energia a ser despachada para cada uma das usinas participantes do SIN, com base em modelos de otimização do uso da água estocada nos reservatórios e considerando-se algumas restrições operativas, para assim atender de forma confiável e econômica a demanda do mercado.

As usinas da AES Tietê Energia seguem os critérios acima, de tal forma que a variação na geração de seu parque gerador está diretamente associada aos despachos definidos pelo ONS para garantir a estabilidade do sistema e não necessariamente ao seu desempenho operacional.

No 1T16, o volume total de energia gerada pelas usinas da AES Tietê Energia atingiu 3.660,8 GWh, 79,4% superior ao mesmo período de 2015. A variação é consequência do maior despacho térmico de nossas usinas, reflexo da melhora das aflúncias no submercado SE/CO primeiro trimestre de 2016 em comparação com o mesmo período em 2015 (103,3% em 1T16 vs. 58,7% em 1T15). Desde o final do ano de 2012, o ONS tem optado por manter a política de maior despacho térmico para preservar os reservatórios, em vista da baixa aflúncia verificada, reduzindo a geração hidrelétrica.

Geração (Usinas) - GWh	1T15	1T16	Var (%)
Energia Gerada Bruta	2.040,5	3.660,8	79,4%
Água Vermelha (Sen. José Ermírio de Moraes)	960,1	1.718,6	79,0%
Bariri (Álvaro de Souza Lima)	159,2	249,5	56,7%
Barra Bonita	125,4	197,8	57,8%
Caconde	24,0	104,2	335,0%
Euclides da Cunha	51,4	34,9	32,0%
Ibitinga	193,2	227,3	17,6%
Limoeiro (Armando Salles de Oliveira)	12,0	54,0	350,9%
Nova Avanhandava	303,6	579,0	90,7%
Promissão (Mário Lopes Leão)	205,7	487,2	136,8%
Mogi / S. Joaquim / S. José	5,9	8,3	40,6%

⁸ Conforme Banco de Informações Gerenciais da ANEEL (Fev/16)

SATISFAÇÃO DO CLIENTE

No novo Planejamento Estratégico Sustentável da AES Brasil, um dos compromissos é garantir excelência dos serviços prestados com ética e respeito ao cliente. A meta da AES Tietê Energia, nesta esfera, é atingir um índice de satisfação do cliente de 90% até 2019.

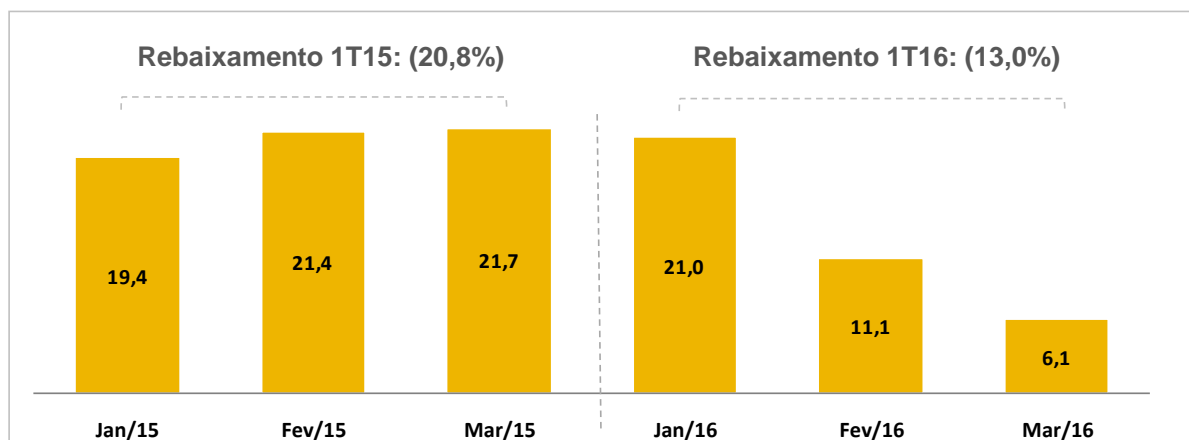
Pesquisas periódicas são realizadas com os clientes de comercialização para avaliar a satisfação deles com os serviços da empresa. No primeiro semestre de 2015, a pesquisa foi realizada pela primeira vez por um instituto independente. O resultado geral foi de 85,7% de satisfação, a partir do desempenho nas dimensões Relacionamento, Imagem, Atendimento e Compra e Gestão.

DESEMPENHO COMERCIAL

GARANTIA FÍSICA E SAZONALIZAÇÃO

O rebaixamento no MRE verificado no 1T16 de 13,0% foi inferior ao registrado no mesmo período de 2015, que totalizou 20,8%. A variação é consequência da melhora das afluições no SIN e dos níveis dos reservatórios no 1T16 em comparação com 1T15, e principalmente da retração de 0,5% da carga (68GWm em 2016 ante 64GWm em 2015) e da redução do despacho térmico no período. A retração é reflexo da redução da atividade econômica no país na comparação dos períodos e melhora da hidrologia. O gráfico abaixo apresenta os rebaixamentos contabilizados pela CCEE e no MRE nas liquidações financeiras por ela efetuadas no primeiro trimestre de 2015 e 2016⁹.

Rebaixamento no MRE (%)



Sazonalização de Garantia Física para fins de Lastro e MRE

Com o advento da Resolução ANEEL n°. 584/2013, que prevê a declaração da sazonalização da garantia física para fins de lastro (contratos) e para fins de alocação de energia no MRE, a Companhia adotou uma estratégia de sazonalização que visava minimizar sua exposição ao risco hidrológico.

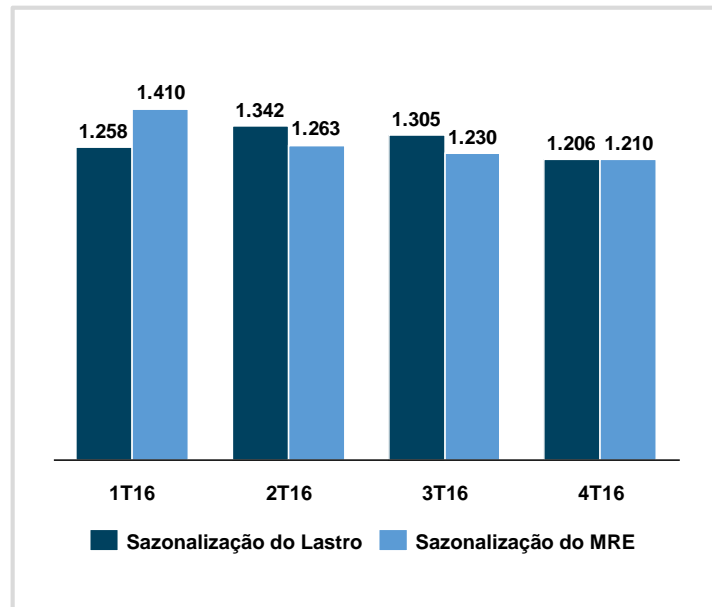
Em dezembro de 2015, a Companhia adotou a estratégia de declarar a sazonalização de sua Garantia Física seguindo o perfil do conjunto dos geradores do MRE, o que resultou na maior alocação de sua energia no primeiro semestre de 2016, concentrada no 1T16. Em relação ao lastro, adotou-se o perfil de acordo com a sazonalização dos contratos de venda.

O efeito da sazonalidade da garantia física combinado à performance do MRE (GSF ou energia secundária) é refletido na liquidação de energia no mercado de curto prazo

⁹ Refere-se aos valores contabilizados na liquidação da CCEE. Valores contabilizados na Companhia sofrem influência do provisionamento, considerando que a liquidação da CCEE de um determinado mês é disponibilizada, em média, em até 60 dias após o fechamento de determinado mês.

Para 2016, a Companhia manteve a estratégia de seguir a sazonalização do MRE e o perfil do lastro seguindo a sazonalização dos contratos de venda de energia conforme gráfico a seguir:

Sazonalização de Garantia física Bruta para MRE e Lastro (MW médios)¹⁰



Realização do rebaixamento médio no MRE no 1T16 X 1T15

Considerando um despacho térmico de 11,9 GWm no primeiro trimestre (vs. 16,9 GWm), um intercâmbio entre subsistemas, a manutenção da geração intermitente, uma retração de 0,5% e um PLD médio para o ano de aproximadamente R\$ 34,69/MWh, a Companhia projetou um rebaixamento médio no MRE de 13% para o primeiro trimestre de 2016, resultando em um impacto negativo em seu EBITDA.

DIFERENÇA DE PREÇO ENTRE SUBMERCADOS, EXCEDENTE E EXPOSIÇÃO FINANCEIRA

As diferenças de PLD entre os submercados derivam dos limites de intercâmbios energéticos entre as regiões do SIN, dadas as restrições operativas dos sistemas de transmissão dessas regiões. As diferenças de PLDs dão origem ao excedente financeiro e às exposições financeiras verificadas pela CCEE.

A Companhia poderá estar exposta a diferença de preços entre submercados nas operações no MRE, conforme será abordado a seguir, caso opte por vender energia fora do submercado no qual a sua garantia física está localizada. Neste caso, em se verificando essa diferença de preços, a Companhia deverá assumir a variação positiva ou negativa de preços no mercado de curto prazo. Essa exposição, em termos de participação na quantidade de garantia física negociada, é pequena, frente aos demais contratos negociados pela Companhia, no Submercado SE/CO.

Excedente financeiro, Exposição financeira e Alívio da Exposição Financeira

Assim como verificado no ano de 2015, o 1T16 foi marcado por uma exposição financeira negativa que atingiu os agentes do MRE e acarretou o aumento dos custos com compra de energia. Esse resultado no MRE não pode ser gerenciado pela Companhia, e para neutralizá-lo, a regulamentação da CCEE prevê o alívio da exposição financeira, como é detalhado a seguir.

¹⁰ Inclui sazonalização da energia convencional e incentivada

As transações de energia dentro do MRE estão sujeitas às diferenças de preço entre os submercados. Nas transferências entre os geradores pode haver um déficit no mecanismo, relacionado à transferência de energia de geradores em um submercado mais barato para outros geradores em submercado mais caro. Esse efeito é denominado na contabilização da CCEE de exposição financeira.

A exposição financeira no MRE é aliviada pelo surplus gerado no intercâmbio físico do submercado mais barato para o mais caro. Caso o surplus não seja suficiente para cobrir a exposição financeira negativa no MRE, o saldo residual será dividido entre todos os geradores.

O excedente financeiro é utilizado para aliviar as exposições negativas dos Agentes de Geração participantes do MRE que tiveram alocação de Garantia Física em submercados com preços diferentes daqueles onde estão localizadas suas usinas.

No primeiro trimestre de 2016, em função da diferença de preço material entre o spot médio do Sudeste e do Nordeste, a Companhia foi impactada pelo rateio referente ao rateio da Exposição Financeira negativa dos geradores hidrelétricos do submercado. Essa exposição, sujeita a alívio em liquidações futuras, totalizou R\$ 14,1 milhões no 1T16.

FONTES DE RECEITA

AES Eletropaulo

A quantidade de energia contratada com a AES Eletropaulo foi de 1.268 MWm. Esse é o montante total de energia que deveria ser entregue a cada ano até o término do contrato, que foi em 31 de dezembro de 2015.

O contrato admitia sazonalidade, ou seja, o volume de energia entregue à AES Eletropaulo variava ao longo do ano, de acordo com a demanda do mercado por ela atendido e com a alocação de energia dos demais contratos por ela celebrados.

O preço praticado no contrato foi fixado em 2000, data em que ele foi homologado pela ANEEL, que estabeleceu o Valor Normativo (VN) como parâmetro de preço para contratações bilaterais. Desde então o preço do contrato foi reajustado anualmente pela variação do IGP-M. Em 04 de julho de 2015, houve nova atualização do preço do contrato com a AES Eletropaulo, passando o valor para R\$ 217,85/MWh, com base no IGP-M acumulado no período de 8,1%.

CCEE (MRE, Spot e Administrativas) e Outros

A tarifa aplicada à energia faturada no MRE ("TEO") é ajustada anualmente pela ANEEL, em janeiro, pela variação do IPCA e é determinada de forma a reembolsar os custos variáveis de operação e manutenção das usinas. A tarifa vigente para o ano de 2016 é de R\$ 12,32/MWh, enquanto que em 2015, 2014 e em 2013, a tarifa aplicada foi de R\$ 11,25/MWh, R\$ 10,54/MWh e R\$ 10,01/MWh, respectivamente.

O preço da energia faturada no mercado de curto prazo, denominado de Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), varia de acordo com as condições eletro-energéticas e de oferta e demanda de energia. A partir de setembro de 2013, o PLD passou a incorporar o mecanismo de aversão ao risco, chamado CVaR, que tende a antecipar o despacho térmico de forma a manter a operação do sistema mais conservadora. Antes da Resolução n.º 03 do Conselho Nacional de Política Energética (Resolução CNPE 03), que determinou esse novo modelo de formação do PLD, as despesas com o acionamento das usinas térmicas eram cobradas por meio do ESS (Encargo de Serviços do Sistema).

No 1T16, o PLD médio da região Sudeste/Centro-oeste totalizou R\$ 34,69/MWh, valor 91% inferior ao registrado no mesmo período de 2015 (R\$ 388,48 /MWh).

A melhora da hidrologia verificada no período chuvoso de novembro de 2015 a abril de 2016, a diminuição no consumo de energia e a redução do despacho térmico na ordem de mérito foram preponderantes para que o PLD médio de 2016 para o submercado SE/CO fosse reduzido.

Estratégia de Comercialização de Energia

A Companhia definiu como estratégia de comercialização para a sua energia disponível a partir de janeiro de 2016 a formação de uma carteira diversificada de clientes livres, de forma a substituir totalmente o contrato bilateral com a AES Eletropaulo que venceu em dezembro de 2015.

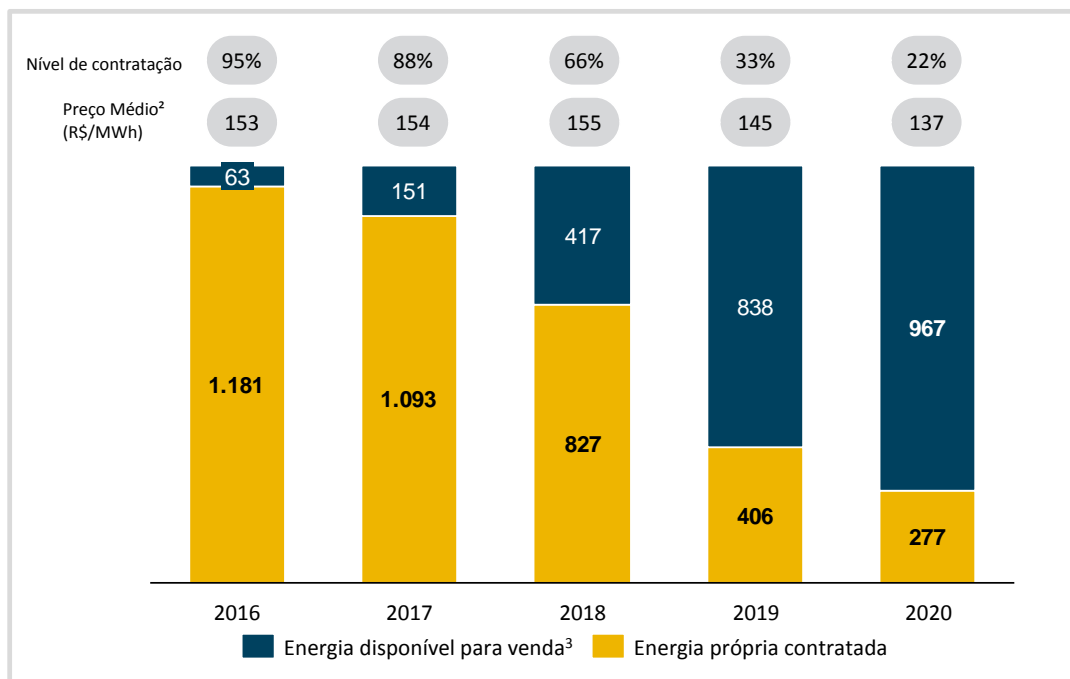
Em função do cenário atual e da perspectiva de incremento do risco hidrológico para 2015 e 2016, a Companhia optou por reservar uma parcela de sua energia própria disponível a partir de 2016, com o objetivo de reduzir possíveis riscos de exposição ao mercado de curto prazo e rebaixamento no MRE.

Adicionalmente, em função da retração econômica e a conseqüente retração no consumo de energia que, somado à reavaliação das estratégias de contratação de energia no longo prazo, está alterando a liquidez do mercado livre de energia.

No entanto, apesar da redução da liquidez no mercado, a Companhia celebrou novos contratos de energia para o período de 2018 até 2020.

Assim, conforme demonstrado no gráfico a seguir, 88%, 66% e 33% da energia disponível da Companhia já está contratada.

Histórico e Evolução da carteira de clientes¹¹ (MW médios)



ENERGIA FATURADA

A energia faturada pela AES Tietê Energia aumentou em 11,8% na comparação entre o 1T16 e o 1T15, conforme detalhado na tabela a seguir.

¹¹ Apenas energia convencional e exclui perdas e consumo interno; inclui contratos de energia firmados até o dia 23 de fevereiro de 2016; preço médio com base em março de 2016

Energia Faturada (Consolidado) - GWh	1T15	1T16	Var (%)
Energia Faturada	3.632,8	4.062,1	11,8%
Contrato Bilateral AES Eletropaulo	2.740,1	-	-100,0%
Mercado Livre	483,4	2.573,0	432,3%
Mercado Regulado	-	198,1	0,0%
CCEE	409,2	1.291,0	215,5%
<i>Spot</i>	273,5	193,1	-29,4%
<i>MRE</i>	135,7	1.097,9	709,3%

O aumento da venda de energia no MRE de 709,3% no comparativo entre o 1T16 vs. 1T15, em função do maior despacho das usinas da Companhia é o principal fator que justifica esse aumento no faturamento.

A diferença de sazonalização entre os períodos e a comercialização de 95% da energia convencional neste ano de 2016¹², justificam a redução do faturamento de energia no mercado spot (-29,4% no comparativo 1T16 vs. 1T15) e a venda de energia no mercado regulado/livre, já considerando o término do contrato com a AES Eletropaulo em 31 de dezembro de 2015.

DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA BRUTA

No 1T16, a receita operacional bruta da AES Tietê Energia totalizou R\$ 432,8 milhões, 41,0% inferior àquela registrada no 1T15, de R\$ 733,6 milhões. O resultado é explicado pelos seguintes fatores:

- (i) redução de receita proveniente de energia vendida em contratos no mercado livre e regulado no montante de R\$ 223,2 milhões, considerando diferença de sazonalização entre os períodos e a disponibilização de 95% da energia convencional disponível para venda, o que resultou na redução de 14% no volume faturado entre 1T16 vs. 1T15, e redução do preço médio da energia comercializada (R\$ 143,5/MWh no 1T16 vs. R\$ 192,6/MWh no 1T15), considerando o término do contrato com a AES Eletropaulo em 31 de dezembro de 2015;
- (ii) a redução de 81,0% de energia vendida no mercado de curto prazo no 1T16, equivalente a uma redução de R\$ 88,9 milhões, principalmente em função de diferença de sazonalização entre os períodos; parcialmente compensado por:
- (iii) um aumento de 360,2% de receita proveniente do MRE, o que equivale a um aumento de R\$ 10,5 milhões, em função do maior despacho das usinas da Companhia no período.

Receita Bruta (Consolidado) - R\$ Milhões	1T15	1T16	Var (%)
Suprimento de Energia	733,6	432,8	-41,0%
Contrato Bilateral AES Eletropaulo	565,3	0,0	-100,0%
Mercado Livre	55,4	369,4	566,8%
Mercado Regulado	0,0	28,1	0,0%
CCEE	112,8	35,3	-68,7%
<i>Spot</i>	109,7	20,8	-81,0%
<i>MRE</i>	2,9	13,4	360,2%
<i>Outras (Administrativos)</i>	0,2	1,0	0,0%
Outras receitas*	0,0	0,0	0,0%

* referem-se a aluguéis

¹² Em 2015 a Companhia comercializou 100% da garantia física bruta da Companhia

DEDUÇÕES DA RECEITA

As deduções da receita da AES Tietê Energia foram de R\$ 49,7 milhões no 1T16 ante R\$ 43,6 milhões no 1T15, um aumento de 14,0% no período.

PIS e COFINS são impostos que incidem sobre a receita da AES Tietê Energia. A alíquota aplicada aos contratos celebrados no mercado livre e regulado no ano de 2016 é de 9,25% (regime não cumulativo).

A AES Tietê Energia registrou R\$ 39,4 milhões em deduções de receita com PIS e COFINS no 1T16 ante R\$ 36,2 milhões no 1T15, um aumento de 9,1%. Esse desempenho é explicado pelo aumento da alíquota de PIS e COFINS, considerando o encerramento do contrato com a AES Eletropaulo (no qual a alíquota aplicada era 3,65%).

No âmbito das deduções de receita com ICMS, houve um aumento de R\$ 5,9 milhões no comparativo entre o 1T16 (R\$ 6,4 milhões) e o 1T15 (R\$0,5 milhão). O motivo por trás deste aumento é a incidência de ICMS em parte dos contratos celebrados pela Companhia no âmbito do mercado livre.

Além disso, de acordo com a Lei nº. 12.111/09, geradoras, transmissoras e distribuidoras devem investir anualmente ao menos 1% de sua receita operacional líquida em Pesquisa e Desenvolvimento de eficiência energética. No 1T16, a Companhia registrou R\$ 3,8 milhões em deduções da receita relativas a Pesquisa e Desenvolvimento, uma redução de 44,5% em relação aos R\$ 6,9 milhões registrados no 1T16, em função da redução da receita entre os períodos.

RECEITA LÍQUIDA

A receita operacional líquida da AES Tietê Energia totalizou R\$ 383,2 milhões no 1T16, montante 44,5% inferior ao registrado no 1T15. Esse desempenho reflete principalmente a queda de energia vendida no mercado spot no período e a redução do volume e preço praticado na venda de energia por meio dos contratos no mercado livre e regulado, conforme abordado anteriormente.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$ 204,8 milhões no 1T16, o que representa uma redução de 31,7%, ou R\$ 95,2 milhões, na comparação com o 1T15. O resultado é explicado principalmente pelo menor custo com compra de energia, especificamente no mercado de curto prazo, em função do menor volume de energia comprada no período (266,9 MWh no 1T16 versus 447,0 MWh no 1T15) e menor PLD na região Sudeste/Centroeste na comparação dos dois períodos (R\$ 34,69/MWh no 1T16 versus R\$ 388,48 no 1T15). Além disto, houve um menor GSF auferido no período (13,0% no 1T16 vs. 20,8% no 1T15).

As despesas com PMSO reportado apresentaram incremento de 21,5% no 1T16 em relação ao 1T15, como reflexo principalmente dos maiores custos com pessoal e materiais e serviços de terceiros.

R\$ mil	1T15*	1T16	Var (%)
Custos e Despesas Operacionais Reportado	299.912	204.746	-31,7%
Encargos e taxas setoriais	41.557	54.998	32,3%
Energia comprada	215.775	98.039	-54,6%
Total de encargos e taxas setoriais + energia comprada	257.332	153.027	-40,5%
Pessoal	18.233	23.233	27,4%
Material e serviços de terceiros	17.368	23.251	33,9%
Outros	6.979	5.235	-25,0%
PMSO Reportado	42.580	51.719	21,5%
Entidade Previdência Privada	610	526	-13,8%
Provisões Operacionais	3.406	479	-85,9%
Outros não gerenciáveis	3.754	4.127	9,9%
PMSO Gerenciável	34.810	46.587	33,8%

*valores ajustados para pós reestruturação

As principais variações das contas de custos e despesas operacionais serão detalhadas a seguir:

Custos com Energia Comprada, Taxas Setoriais e Encargos

R\$ mil	1T15*	1T16	Var (%)
Comp. Financ. Utiliz. Rec.Híd.	11.492	22.955	99,7%
Transmissão e Conexão	28.145	29.914	6,3%
Taxa de Fiscalização / Demais Encargos	1.920	2.119	10,4%
Energia Comprada / Liquidação CCEE	215.775	98.039	-54,6%
TOTAL - Custos operacionais e compra Energia	257.332	153.027	-40,5%

* valores ajustados para pós reestruturação

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos ("CFURH")

As despesas com a CFURH aumentaram 99,7% na comparação do 1T16 com o 1T15, em função do maior volume de energia gerada no período (3.660,8 GWh no 1T16 versus 2.040,5 GWh no 1T15) e reajuste de 9,5% na Tarifa Atualizada de Referência ("TAR"), que foi fixada em R\$ 93,35/MWh desde janeiro de 2016.

Transmissão e Conexão

Os custos com transmissão e conexão totalizaram R\$ 29,9 milhões no 1T16, um aumento de 6,3% em comparação ao 1T15 (R\$ 28,1 milhões), reflexo do reajuste da tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST-rb) dos contratos de conexão das usinas hidrelétricas (TUSDg) da Companhia.

Taxas de Fiscalização/ Demais Encargos

Os custos com Taxas de Fiscalização/ Demais Encargos, que incluem Taxa de Fiscalização da ANEEL e Demais Taxas e Encargos com a CCEE e ONS, totalizaram R\$ 2,1 milhões no 1T16, 10,4% superior ao valor registrado no 1T15 (R\$ 1,9 milhão). Essa performance reflete o aumento de 11,4% na Taxa de Fiscalização

de Serviços de Energia Elétrica ("TFSEE")¹³ para o ano de 2016, em comparação com a TFSEE proposta pela ANEEL para o ano de 2015.

Energia Comprada /Liquidação CCEE

O custo com energia comprada/liquidação CCEE teve uma redução de R\$ 117,7 milhões na comparação dos trimestres, passando de R\$ 215,8 milhões no 1T15 para R\$ 98,0 milhões no 1T16. Esse resultado é influenciado, principalmente pela:

- (iv) compra de energia no mercado spot no valor de R\$ 34,4 milhões (associado ao volume de 164,6 MWh) referente ao impacto de liquidações no ano de 2015¹⁴;
- (v) rateio da exposição financeira no MRE no valor de R\$ 14,1 milhões, reflexo da diferença de preços entre o submercado Sudeste e Nordeste;
- (vi) redução do volume com compra de energia no mercado de curto prazo (102,2 MWh no 1T16¹⁵ ante 447,0 MWh no 1T15), associada à recuperação da hidrologia, assim como o menor rebaixamento médio no MRE em 1T16 (13,0%) ante o rebaixamento verificado no 1T15 (20,8%); e,
- (vii) redução de R\$ 36,8 milhões reflexo do menor volume com compra de energia destinada a contratos *back to back*, que no 1T15 eram firmados com o objetivo de consolidar a reputação da Companhia como comercializadora de energia no mercado livre (134,4 GWh no 1T16 vs. 475,3 GWh no 1T15).

Custos e Despesas com Pessoal, Material, Serviços e Outros (PMSO Reportado)

Pessoal

R\$ mil	1T15*	1T16	Var (%)
Pessoal e Encargos	17.623	22.707	28,8%
Entidade Previdência Privada	610	526	-13,8%
TOTAL	18.233	23.233	27,4%

(*) valores ajustados para pós reestruturação

As despesas com pessoal totalizaram R\$ 22,7 milhões no 1T16, um acréscimo de 28,8% em relação ao 1T15 (R\$ 17,6 milhões). Esta variação resulta de despesas recorrentes e não-recorrentes, principalmente devido ao aumento de R\$ 2,7 milhões devido à incidência de 8,2% de dissídio em junho de 2015.

Material e serviços de terceiros

Os custos com material e serviços de terceiros somaram R\$ 23,3 milhões no 1T16, um aumento de 33,9% em relação ao 1T15 (R\$ 17,4 milhões). Essa variação está principalmente relacionada à:

- (i) postergação das manutenções de usinas no 1T15 que foram realizada no final do ano, resultando em uma variação de R\$ 3,0 milhões na aquisição de materiais e serviços quando comparado ao 1T16;
- (ii) realização do projeto de reestruturação societária que no 1T16 resultou em um impacto de R\$ 2,7 milhões em custos administrativos, como contratação de consultorias e escritórios de advocacia;

¹³ A TFSEE é cobrada por usina e equivale a 0,4% do valor do benefício econômico anual auferido pelo concessionário, multiplicado pela sua potência instalada.

¹⁴ As liquidações de outubro até dezembro de 2015 foram contabilizadas no 1T16 devido a postergação do processo de liquidação da CCEE. O impacto de R\$ 34,4 milhões refere-se a diferença entre o valor provisionado pela Companhia no 4T15 e a formalização da liquidação desse período no 1T16.

¹⁵ Já desconsidera o volume associado a liquidações de períodos anteriores, conforme nota anterior.

(iii) utilização de serviços de consultoria para o estudo da viabilidade da operação de novos projetos no 1T16 no valor de R\$ 1,3 milhão.

Provisões Operacionais e Outras Despesas/ Receitas Operacionais

R\$ mil	1T15*	1T16	Var (%)
Outras despesas (receitas) operacionais	3.335	4.756	42,6%
Provisões Operacionais	3.406	479	-85,9%
TOTAL	6.741	5.235	22,3%

(*) valores ajustados para pós reestruturação

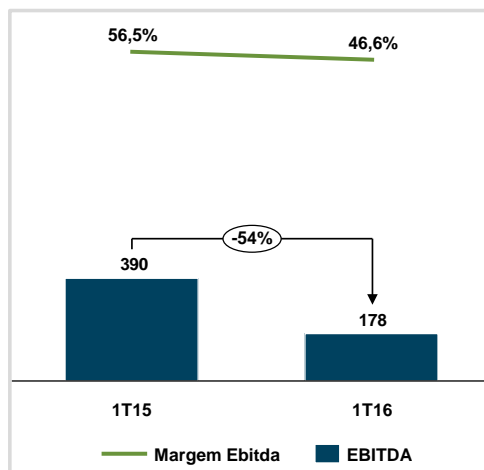
No 1T16, as provisões operacionais e outras despesas/receitas operacionais totalizaram uma despesa de R\$ 5,2 milhões, redução de 22,3% ante uma despesa de R\$ 6,7 milhões no 1T15. Essa variação está principalmente relacionada à:

- (i) provisão do ativo da Rio PCH (antiga empresa do grupo) com impacto de R\$ 3,0 milhões no 1T15;
- (ii) venda de terreno na cidade de Aguai no valor de R\$ 0,9 milhão no 1T15; e,
- (iii) pagamento de programas de incentivo à cultura em 1T16 no valor de R\$ 0,5 milhão, cujo pagamento foi postergado no 1T15.

EBITDA

A AES Tietê Energia registrou EBITDA de R\$ 178,4 milhões no 1T16 ante um EBITDA de R\$ 390,1 milhões no 1T15. Essa variação é explicada, principalmente pela redução da margem da Companhia, em função da redução do preço médio da energia contratada no 1T16 vs. 1T15, reflexo do término do contrato com a AES Eletropaulo em 31 de dezembro de 2015. O preço médio do portfólio contratado, excluindo venda de energia no MRE e Spot, no 1T16 é de R\$ 143,45/MWh vs. R\$ 192,56/MWh no 1T15.

EBITDA (R\$ milhões)



RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido registrado pela Companhia no 1T16 foi uma despesa financeira de R\$ 23,4 milhões, comparado a uma despesa financeira de R\$ 34,4 milhões registrada no 1T15. A variação se deve, sobretudo, à diminuição do saldo da dívida bruta em 14,0% em relação à posição em 31 de março de 2015 (R\$ 1.654,9 milhões), e a variação cambial de R\$ 11,8 milhões referente ao processo judicial que discute a obrigatoriedade de aquisição de energia de Itaipu pela AES Tietê Energia.

R\$ mil	1T15*	1T16	Var (%)
Receitas Financeiras	21.283	24.048	13,0%
Despesas Financeiras	(55.664)	(47.464)	-14,7%
Despesas Financeiras	(48.420)	(52.055)	7,5%
Variações Cambiais	(7.244)	4.591	-163,4%
Resultado Financeiro	(34.381)	(23.416)	-31,9%

(*) valores ajustados para pós reestruturação

Receitas Financeiras

As receitas financeiras apresentaram aumento de 13,0% no 1T16 em relação ao 1T15. Essa variação é explicada, principalmente, pelo aumento da renda das aplicações financeiras (R\$ 24,4 milhões no 1T16 vs. R\$ 20,2 milhões no 1T15) reflexo do aumento do saldo médio de aplicações financeiras no período e o aumento do CDI médio do período (14,13% no 1T16 ante 12,13% no 1T15).

Despesas Financeiras e Variações Cambiais

As despesas financeiras e variações cambiais somaram R\$ 47,5 milhões no 1T16, montante inferior em 14,7% comparado ao mesmo período do ano passado (R\$ 55,7 milhões). Tal variação é explicada, sobretudo, pelo:

- (iv) queda de R\$ 11,8 milhões com atualização cambial sobre as a provisão para o processo judicial que discute a obrigatoriedade de aquisição de energia de Itaipu pela AES Tietê Energia;
- (v) queda dos encargos financeiros das dívidas da Companhia no valor de R\$ 6,2 milhões influenciado, principalmente, pela queda da dívida bruta na comparação dos dois períodos (R\$ 1.422,6 milhões vs. R\$ 1.654,9); parcialmente compensado pelo aumento de R\$ 9,4 milhões na atualização monetária das despesas financeiras da 4ª emissão de debêntures (3ª série).

LUCRO LÍQUIDO

No 1T16, a AES Tietê Energia apurou um lucro líquido de R\$ 74,5 milhões, comparado ao lucro líquido de R\$ 193,8 milhões registrado no 1T15. Contribuíram para tal desempenho a redução da margem da Companhia, em função do término do contrato com a AES Eletropaulo em 31 de dezembro de 2015.

PROVENTOS

De acordo com a Lei das Sociedades Anônimas e o Estatuto Social, a Assembleia Geral Ordinária da Companhia decide sobre a destinação do resultado do exercício. Em havendo lucro disponível para a distribuição aos acionistas, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório 25% do resultado do exercício. Além disso, o Estatuto Social da AES Tietê Energia possibilita que o Conselho de Administração delibere sobre a distribuição de dividendos intermediários semestralmente, ou em períodos inferiores, com base em balanço especialmente levantado para esse fim.

A Administração da AES Tietê Energia aprovou a distribuição de R\$ 89,4 milhões como dividendos intermediários relativos ao 1T16, correspondente a R\$ 0,4688 por ação ordinária e preferencial e R\$ 0,2344 por Unit em atendimento às disposições da Lei nº 6.404/1976. Por se tratar de uma obrigação legal, essa proposta de dividendos foi registrada em conta específica no passivo circulante da AES Tietê Energia;

Dividendos AES Tietê Energia 1T16 (R\$ Milhões)	
Prejuízos acumulados em 31 de Dezembro de 2015	-
Lucro do Exercício - 31 de Março de 2016	74.5
Realização de reserva de reavaliação patrimonial	14.9
Constituição de reserva legal (5%)	-
Base para distribuição de dividendos	89.4
Dividendos intermediários propostos	89.4
Saldo remanescente	-

ENDIVIDAMENTO¹⁶

Dívidas	Montante	Vencimento	em R\$ milhões
			Custo Nominal
2ª Emissão de Debêntures	517.9	mai/19	CDI + 0,79% aa
3ª Emissão de Debêntures	296.3	mar/20	108,20% CDI
4ª Emissão de Debêntures - 1ª série	149.2	dez/16	CDI + 1,55% aa
4ª Emissão de Debêntures - 2ª série	154.8	dez/18	CDI + 2,15% aa
4ª Emissão de Debêntures - 3ª série	303.7	dez/20	IPCA + 8,43% aa

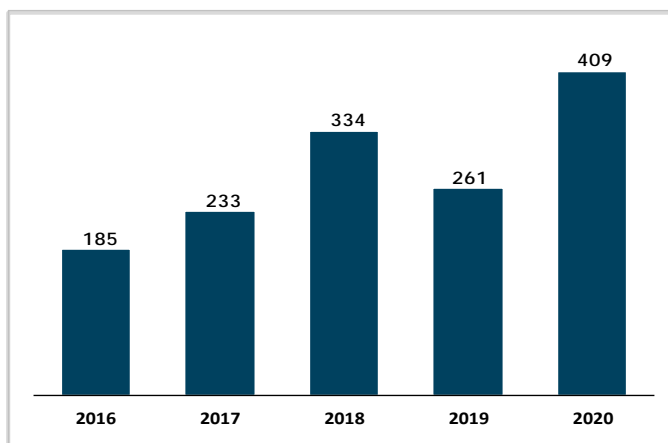
A dívida bruta da AES Tietê Energia totalizava R\$ 1.422,6 milhões em 31 de março de 2016, valor 14,0% inferior à posição da dívida bruta em 31 de março de 2015 (R\$ 1.654,9 milhões). Essa variação é resultado da liquidação da 1ª emissão de debêntures no dia 01 de abril de 2015, com amortização no valor de R\$ 300 milhões, e a liquidação da 2ª emissão de notas promissórias no dia 17 de dezembro de 2015, com amortização no valor de R\$ 500 milhões, parcialmente compensados pela 4ª emissão de debêntures no valor total de R\$ 594 milhões em 15 de dezembro de 2015.

Os recursos captados por meio da 4ª emissão de debêntures foram utilizados para refinanciamento de dívidas e investimentos da AES Tietê Energia.

No encerramento do 1T16 as disponibilidades somavam R\$ 734,2 milhões, montante R\$ 453,8 milhões superior ao registrado no mesmo período de 2015 (R\$ 280,4 milhões). Assim, a dívida líquida ao final do 1T16 era de R\$ 688,3 milhões, montante 49,9% inferior em relação à posição final do 1T15 (R\$ 1.374,5 milhão), em função, principalmente, da queda da dívida bruta e do aumento das disponibilidades.

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de amortização da dívida da AES Tietê Energia até 2020.

Cronograma de amortização da dívida¹⁷ (R\$ milhões)



¹⁶ Valores de 2015 referem-se a AES Tietê S.A., antes da incorporação pela Companhia Brasileira de Energia, renomeada para AES Tietê Energia S.A..

¹⁷ Fluxo composto por amortização de principal, juros acruados e saldo de diferidos, conforme "Nota Explicativa 16" das Demonstrações Financeiras da Companhia.

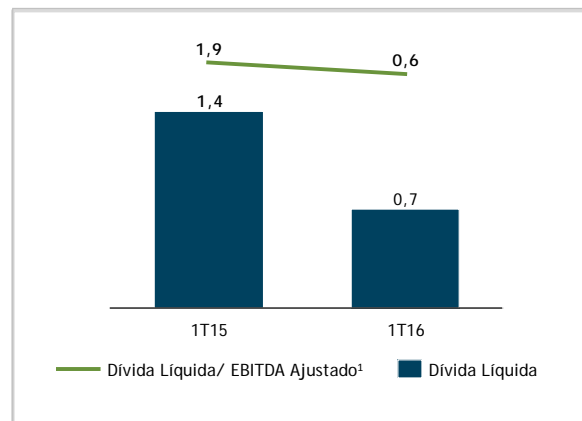
Covenants

Os covenants das dívidas da AES Tietê Energia consideram o índice Dívida Líquida / EBITDA Ajustado¹⁸, que não pode ser superior a 3,5x. O índice Dívida Líquida / EBITDA Ajustado encerrou o trimestre dentro do limite estabelecido, em 0,6x.

Ressalta-se que a redução no índice de endividamento no comparativo entre o 1T16 e o 1T15 é reflexo da queda da dívida líquida no período, em função da queda do endividamento bruto (R\$ 1.422,6 milhões no 1T16, valor 14,0% inferior aos R\$ 1.654,9 milhões no 1T15), e do aumento das disponibilidades (com consequente queda na dívida líquida), além do aumento do EBITDA Ajustado.

Todas as emissões também consideram um covenant de cobertura de juros (EBITDA Ajustado / Despesas Financeiras), que não pode ser inferior a 1,75x. Ao final do 1T16, esse indicador estava em 5,3x.

Dívida Líquida (R\$ bilhões)

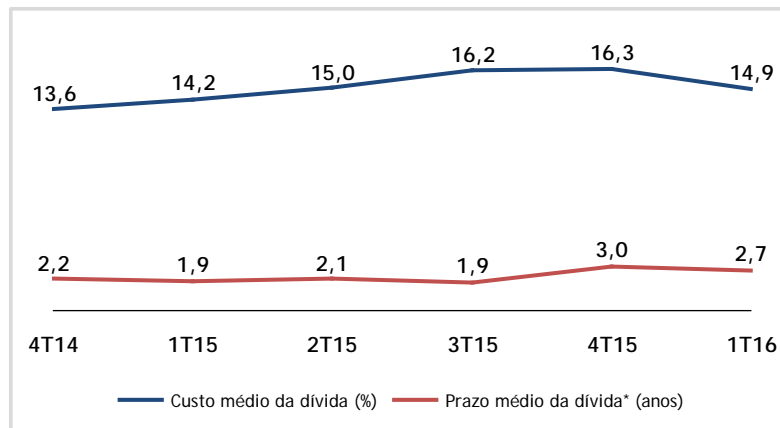


O custo médio da dívida da Companhia em março de 2016 era de 14,9% ao ano, em comparação a 14,2% no mesmo período de 2015. Esse acréscimo decorre, principalmente pelo aumento da curva incidente do CDI (14,13% no 1T16 frente a 12,13% no 1T15). Além disso, tivemos a 4ª emissão de debêntures no período, com remuneração superior à das dívidas vigentes em março de 2015.

O prazo médio da dívida consolidada no 1T16 foi de 2,7 anos, superior ao mesmo período de 2015, que era de 1,9 anos.

¹⁸ EBITDA Ajustado significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil consolidado da Emissora na linha "Resultado Operacional" (excluindo as receitas e despesas financeiras), (ii) todos os montantes de depreciação e amortização, e (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada.

Custo e prazo médio da dívida



*refere-se ao prazo do principal da dívida

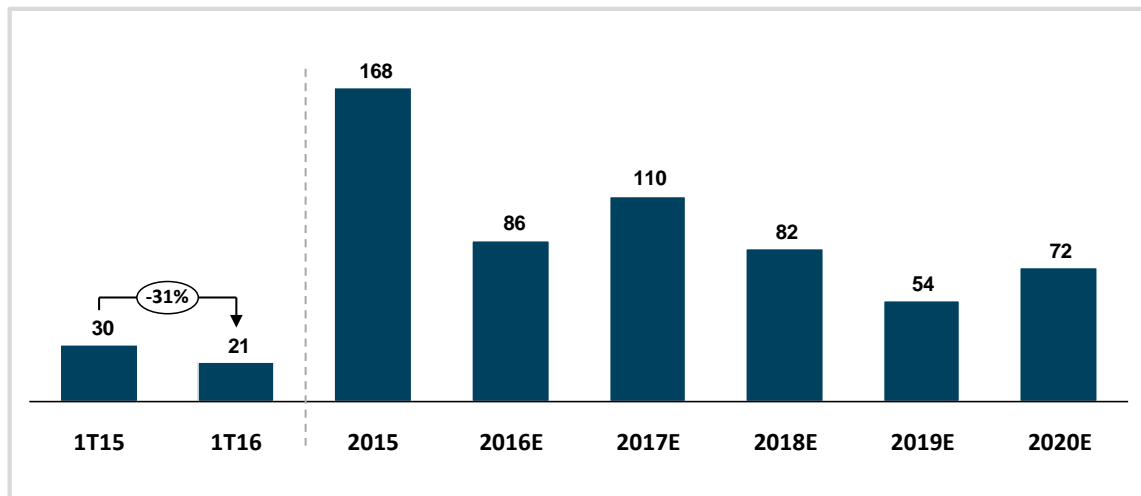
INVESTIMENTOS

Os investimentos da AES Tietê Energia somaram R\$ 21,5 milhões no 1T16, valor 29% abaixo do montante investido no 1T15 (R\$ 30,3 milhões). Essa redução ocorreu devido ao encerramento dos ciclos de grandes manutenções incluindo as Manutenções Planejadas Preventivas Gerais (MPPGs) nos últimos anos.

Desse total de R\$ 21,5 milhões do trimestre, destacam-se:

- (i) R\$ 9,8 milhões foram destinados à modernização e manutenção preventiva das usinas, para a manutenção das suas condições operacionais e assegurar a disponibilidade de geração de energia, resultando em ganhos de produtividade, eficiência e maior geração de receita nos próximos anos, com destaque para Água Vermelha (R\$ 8,9 milhões);
- (ii) R\$ 6,6 milhões foram destinados à construção civil, referentes à compra de um novo Centro de Operações ("COGE") no qual será instalado o novo escritório de operações da Companhia, localizado em Bauru/SP. A aquisição do imóvel se deve em função da necessidade de aumentar a capacidade de processamento do centro de operações, devido ao projeto de automação das usinas e eclusas; e,
- (iii) R\$ 4,9 milhões referentes a capitalização de juros, decorrente da base de ativos imobilizados em andamento, considerando o plano de manutenção e modernização das usinas em 2016.

Histórico e projeção de Investimentos (R\$ milhões)



Plano de Investimento

A Companhia prevê investir R\$ 402,5 milhões no período de 2016 até 2020, principalmente em modernização nas usinas hidrelétricas, visando a melhoria contínua das condições operacionais e garantir a disponibilidade de geração de energia em suas usinas.

FLUXO DE CAIXA GERENCIAL¹⁹

FLUXO DE CAIXA - R\$ Milhões	1T15	1T16
Saldo inicial de caixa	500.6	739.3
Geração Operacional de Caixa	74.3	330.8
Investimentos	(37.1)	(22.1)
Despesas Financeiras Líquidas	(18.3)	(4.8)
Amortização Líquida	(120.)	(0.0)
Imposto de Renda	(147.0)	(309.2)
Caixa Livre	(248.2)	(5.2)
Dividendos e JSCP	-	-
Saldo final de caixa	252.4	734.1

O fluxo de caixa livre foi negativo em R\$ 5,2 milhões no 1T16, montante R\$ 243,0 milhões superior ao registrado no 1T15. Esse desempenho se deve:

- (i) ao aumento de R\$ 256,6 milhões na geração de caixa operacional, reflexo do menor impacto do GSF (menor volume e preço spot em 2016) e aplicação de liminar que impede que o GSF seja alocado aos geradores detentores da liminar, obtida em 01 de junho de 2015;
- (ii) à queda no volume de investimentos em R\$ 15,1 milhões no período (R\$ 22,1 milhões no 1T16 vs. R\$ 37,1 milhões no 1T15);
- (iii) à queda das despesas financeiras líquidas em 73,9% (R\$ 4,8 milhões em 1T16 vs. R\$ 18,3 milhões no 1T15) em função da queda da dívida bruta na comparação dos períodos, e conseqüentemente uma redução de encargos;

¹⁹ Fluxo de Caixa do 1T15 refere-se ao Fluxo de Caixa da AES Tietê S.A.

(iv) à ausência de saída de caixa para fins de amortização líquida no 1T16 (comparado com R\$ 120,0 milhões pagos no 1T15).

Dessa forma, o saldo final de caixa no 1T16 atingiu R\$ 734,1 milhões versus R\$ 252,4 milhões no 1T15.

MERCADO DE CAPITAIS

A partir do dia 04 de janeiro de 2016, como resultado da Reestruturação Societária, a Companhia passou a negociar units (certificados de depósito de ações). Cada unit representa uma ação ordinária e quatro ações preferenciais de emissão da Companhia. As ações da AES Tietê Energia são negociadas no Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBovespa sob os códigos TIET11 (Unit), TIET3(ordinárias) e TIET4 (preferenciais).

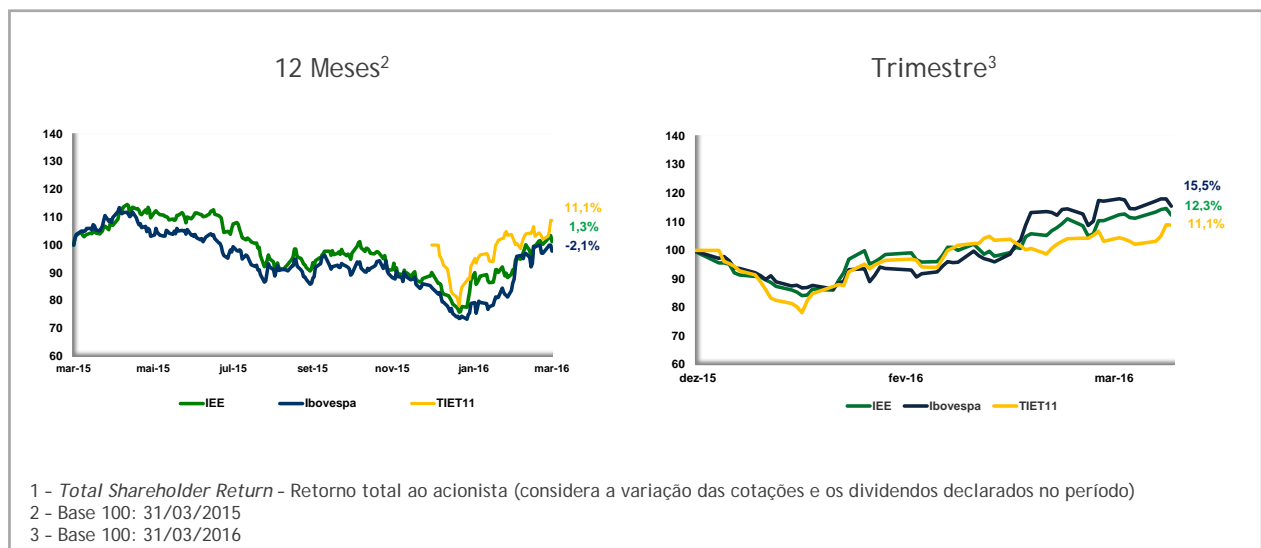
As ações da AES Tietê Energia integram o Índice de Energia Elétrica ("IEE"), que tem como objetivo medir o desempenho do setor elétrico, além do Índice de Sustentabilidade Empresarial ("ISE") da BM&FBovespa, que reúne as empresas que apresentam os melhores desempenhos sob o aspecto da sustentabilidade. A AES Tietê Energia integra esse índice desde 2007, o que reflete o reconhecimento do seu comprometimento com a responsabilidade social e sustentabilidade empresarial.

As ações preferenciais da Companhia integram o Índice Brasil (IBrX) que mede o desempenho das ações mais negociadas na bolsa. As ações da Companhia também integram o Índice de Dividendos (IDIV), responsável por medir o comportamento das ações de empresas que se destacaram em termo de remuneração dos investidores.

DESEMPENHO DAS AÇÕES

As Units da AES Tietê Energia encerraram o primeiro trimestre de 2016 cotadas a R\$15,46, 11,1% superior quando comparado ao início das negociações das Units em 4 de janeiro de 2016. No trimestre, as Units tiveram valorização de 11,1%. No mesmo período, o Ibovespa registrou ganhos de 15,5% e o IEE registrou ganhos de 12,3%. Ao longo de 1T16 foram realizados 272.329 negócios com um volume de 122,7 milhões.

AES Tietê Energia x Ibovespa x IEE x TSR¹
Base 100



Em relação ao Programa de ADRs da Companhia, em função da reestruturação societária, o programa da AES Tietê Energia passou a ser restrito (Reg S e 144A), no qual 144A só pode ser negociado por compradores institucionais qualificados americanos, conhecidos como QIBs e Reg S pode ser negociado pelos titulares, não americanos. Reg S é aplicável às transações fora dos EUA. Este tipo de programa não possui autorização para serem vendidos nos EUA e não pode ser integrado com a oferta 144A, restrita para QIBs.

DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE

Um dos principais desempenhos socioambientais da AES Tietê Energia está relacionado com a segurança de colaboradores próprios, contratados e população.

Não foi registrado nenhum acidente com colaboradores próprios e contratados no 1T16. Como parte do Programa de Segurança da AES Tietê Energia, intensificamos a realização dos Diálogos de Segurança nas áreas operacionais e lançamos um game de segurança direcionado ao tema “percepção de riscos”. Também realizamos o evento “Líder em Ação”, que visa desenvolver as lideranças de todos os níveis para criar um ambiente seguro, reforçando o conceito dos nossos Valores e Crenças de Segurança.

AES TIETÊ ENERGIA	Indicador	2014	2015	1T15	1T16	Meta 2016
Colaboradores Próprios	Recordable Rate*	0	0	0	0	0.64
	LTI Rate**	0	0	0	0	0.01
Colaboradores Contratados	Recordable Rate*	1.22	0	0	0	0.64
	LTI Rate**	0	0	0	0	0.01

*Taxa de acidentes registráveis (acidentes típicos, sem perda de dias de trabalho).

**Taxa de incidentes com tempo perdido (acidentes típicos, com perda de dias de trabalho).

O acompanhamento das taxas seguem os critérios pelo Occupational Safety & Health Administration (OSHA), agência do Departamento de Trabalho dos Estados Unidos. Até o 4T15, o reporte era realizado de acordo com os critérios da NBR 14.280.

Desde 2009 não são registrados acidentes com a população nos reservatórios das usinas.

Quanto ao desempenho ambiental, a redução do consumo próprio de energia evitou a emissão de 54 tCO₂e no período.

Indicador de Desempenho	2014	2015	1T15	1T16
MWh de consumo próprio de energia elétrica*	12.795	10.520	3.293	2.865

*O acompanhamento das emissões de gases de efeito estufa pelo consumo próprio de energia das usinas restringe-se ao consumo dos alimentadores que estão ligados às subestações, apenas. Em consonância com a metodologia utilizada pelo Governo Federal para o cálculo do fator de emissão da matriz elétrica nacional, considera-se a energia proveniente do SIN (Sistema Interligado Nacional).

DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS

CRESCIMENTO

Um dos compromissos da AES Tietê Energia, no Planejamento Estratégico Sustentável, é crescer com soluções sustentáveis de energia.

OBRIGAÇÃO DE EXPANSÃO

O Edital de Privatização da AES Tietê Energia estabeleceu à Companhia a obrigação de expandir a capacidade instalada de seu sistema de geração em, no mínimo, 15% (aproximadamente 400 MW) no Estado de São Paulo, por intermédio de energia nova, no período de oito anos, a partir da assinatura do seu contrato de concessão, ocorrida em dezembro de 1999 (“Obrigação de Expansão”).

Contudo, foram estabelecidas novas condições regulatórias, posteriormente à privatização, em especial a criação de um novo modelo do setor elétrico, por meio da publicação da Lei nº 10.848/2004, que dificultaram o cumprimento da Obrigação de Expansão, tal como originalmente concebida.

Com o novo modelo do setor, a AES Tietê Energia passou a sujeitar-se às restrições para a comercialização de energia elétrica. A Companhia foi impedida de negociar contratos diretamente com as distribuidoras e essas, por sua vez, foram obrigadas a adquirir energia em leilões de energia nova, dificultando o cumprimento da Obrigação de Expansão por meio de novos empreendimentos construídos no Estado de São Paulo. Há ainda dificuldades regionais, tais como o baixo volume de recursos hídricos viáveis ainda inexplorados no estado e o potencial eólico e solar com menores fatores de capacidade em comparação com projetos em outros estados do País, o que dificulta a competitividade de projetos de geração de energia no Estado de São Paulo no atual modelo dos leilões.

Em setembro de 2011, a Companhia foi citada em uma ação ordinária na qual o Estado de São Paulo requereu que a AES Tietê Energia cumprisse, em um prazo de 24 meses, a obrigação de expandir sua capacidade instalada. O juiz responsável pela ação ordinária concedeu liminar, determinando o início do decurso do prazo de 60 (sessenta) dias para a Companhia apresentar seu plano para o cumprimento da Obrigação de Expansão. A AES Tietê Energia apresentou como plano de expansão da sua capacidade o projeto "Termo São Paulo", com capacidade líquida de 503 MW.

Em dezembro de 2012, foi anexada ao processo a manifestação do Estado de São Paulo sobre o projeto apresentado pela AES Tietê Energia, no qual se alega basicamente que: (i) o plano apresentado é consistente; (ii) não existe garantia do fornecimento de gás natural da Petrobrás, o que prejudicaria a execução do plano; (iii) a usina termelétrica não seria a única alternativa para cumprir a obrigação de expansão; (iv) mesmo que o gás seja fornecido pela Petrobrás, não há garantia de vitória no leilão (para a construção da usina) e tal fato (não vencer o leilão) não pode ser interpretado como uma justificativa para o não cumprimento da Obrigação de Expansão. O juízo de 1ª instância determinou que a AES Tietê Energia se manifestasse sobre os comentários do Estado de São Paulo acerca do plano, bem como que as partes informassem se havia interesse na realização de uma audiência de tentativa de conciliação.

Em junho de 2013, a AES Tietê Energia: (i) apresentou seus comentários sobre as considerações do Estado de São Paulo; (ii) apresentou laudo pericial elaborado pela PSR (consultoria especializada no setor elétrico brasileiro), relativo às dificuldades de cumprimento da Obrigação de Expansão no Estado de São Paulo, e (iii) informou seu interesse em uma audiência de conciliação.

Em agosto de 2013, as partes foram intimadas sobre a designação de uma audiência de conciliação para outubro de 2013. A audiência de conciliação foi realizada, tendo o juiz responsável pelo caso determinado a suspensão do processo até dezembro de 2013 para que as partes estudassem alternativas para expandir a capacidade de geração da AES Tietê Energia, que não o plano de expansão anteriormente apresentado em juízo pela Companhia, qual seja, o projeto Termo São Paulo.

Entre outubro e dezembro de 2013, a AES Tietê Energia e o Estado de São Paulo se reuniram algumas vezes para discutir o potencial energético de diferentes fontes e estudar alternativas à Obrigação de Expansão.

Em março de 2014, foi publicada uma determinação do juízo para que as partes informassem se chegaram a uma composição, tendo tanto a Companhia, quanto o Estado de São Paulo, apresentado pedido de suspensão do processo por 60 dias, a fim de dar continuidade às negociações.

Em maio de 2014, a AES Tietê Energia apresentou um novo pedido de suspensão do processo, tendo em vista as negociações com o Estado de São Paulo. Esse novo pedido foi apresentado antes de uma decisão relativa à suspensão de 60 dias anteriormente requerida por ambas as partes. Em agosto 2014 este novo pedido de suspensão foi aprovado e a AES Tietê Energia trabalha atualmente no desenvolvimento do plano de expansão a ser apresentado ao Estado de São Paulo.

Em abril de 2015, após o juiz solicitar a Companhia e ao Estado de São Paulo a apresentação de uma manifestação acerca da conclusão do período de suspensão, a Companhia apresentou novo pedido de suspensão do processo por 90 dias, considerando que as negociações com o Estado de São Paulo avançaram positivamente.

Em julho de 2015, foi realizada audiência para tentativa de conciliação entre as partes. Nesta ocasião, as partes requereram em conjunto a suspensão do processo por 30 dias, o que foi deferido. Durante este

período as partes tentaram encontrar opções para cumprir com a obrigação de expansão da capacidade, mas não lograram êxito.

Em vista disso, a AES Tietê Energia apresentou petição informando que não foi obtido acordo e requerendo a produção de provas, especialmente pericial.

Esforços em andamento para cumprimento da Obrigação de Expansão

Para cumprir com o requerimento de expansão, a Companhia segue desenvolvendo o projeto Termo São Paulo, que consiste na construção de uma termelétrica a gás natural, com capacidade líquida de geração de aproximadamente 503 MW, com licenciamento ambiental prévio vigente.

Além do projeto Termo São Paulo, a Companhia adquiriu a opção de compra de um projeto de usina termelétrica, com capacidade líquida de 579 MW, a ser instalada no interior do Estado de São Paulo. Com isso, foi garantida exclusividade para avaliação do projeto nos próximos anos e a possibilidade de adequá-lo aos padrões de desenvolvimento de negócios da AES Tietê Energia. A Companhia acredita que exista potencial de sinergia e redução de custos caso os dois projetos sejam executados simultaneamente.

Além disso, a AES Tietê Energia vem trabalhando no desenvolvimento de um plano de expansão mais amplo através de outros projetos de geração de energia no estado de São Paulo.

Atualmente a AES Tietê Energia está desenvolvendo um projeto solar denominado Água Vermelha II de 150 MW (AGV II) localizado no município de Ouroeste no Estado de São Paulo, a aproximadamente 3 km da usina hidrelétrica de Água Vermelha da AES Tietê Energia. O projeto AGV II já possui contrato de arrendamento de terra assinado e a expectativa para emissão da licença ambiental prévia pelo órgão ambiental é abril de 2016. Este projeto está sendo desenvolvido para participar de leilões de energia do governo federal em 2016.

Contribuíram para o cumprimento da Obrigação de Expansão, a PCH São Joaquim (3 MW), finalizada em julho de 2011, e a PCH São José (4 MW), finalizada em março de 2012, além de dois contratos de longo prazo de compra de energia provenientes de biomassa de cana-de-açúcar, que totalizam 10 MW médios.

Uma iniciativa recente da empresa para o cumprimento da obrigatoriedade de expansão foi a assinatura de um memorando de entendimento com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia (EMAE). O objetivo desta parceria é estudar a viabilidade técnico-financeira para posterior desenvolvimento de projetos termelétricos nas áreas ainda não utilizadas da usina de Piratininga, de propriedade da EMAE.

OUTRAS INICIATIVAS - GERAÇÃO

A Companhia trabalha com outras iniciativas para expandir e diversificar a sua capacidade instalada.

Destaca-se o projeto solar fotovoltaico de capacidade instalada de 30MW denominado Água Vermelha I (AGV I), localizada no município de Iturama, no Estado de Minas Gerais.

O projeto localiza-se na área da UHE Água Vermelha e foi habilitado para leilões de Energia Reserva realizados em 2014 e 2015, não obtendo sucesso devido à dificuldade de conseguir estabelecer contratos com fornecedores de equipamentos produzidos nacionalmente e com isso obter financiamento a custos reduzidos. O projeto também participará nos leilões de Energia de Reserva de 2016.

Em paralelo, a empresa segue trabalhando ativamente na expansão de sua capacidade instalada através de projetos eólicos com capacidade instalada superior a 250MW. Estes projetos estão alinhados com a estratégia de desenvolver oportunidades adjacentes aos seus negócios, criando valor por meio de sinergias operacionais e economia de escala.

Geração Distribuída e Armazenamento de Energia

A expansão das fontes renováveis intermitentes na matriz de geração elétrica brasileira, como parques eólicos e solares, demanda novas soluções operacionais e tecnológicas. Em paralelo, desonerações fiscais, avanços regulatórios (como a Resolução Normativa 482/2012 da ANEEL, aprimorada recentemente

pela Resolução Normativa 687/2015) e o aumento da tarifa regulada tem contribuído para acelerar a adoção da micro e mini geração no Brasil e, assim, diversificar e descentralizar a matriz elétrica.

Atenta a essas tendências, e certa de que a tecnologia é o caminho para endereçar questões-chaves enfrentadas pelo setor elétrico, a AES Tietê Energia criou, em 2015, uma diretoria dedicada aos negócios em geração distribuída e armazenamento de energia - com vistas a ter uma posição ativa no futuro energético - e se alavancando através da experiência da AES Corp destes negócios.

Em geração distribuída, desenvolvemos projetos a partir de energia solar e cogeração a gás. No mundo a AES Corp opera mais de 200 plantas fotovoltaicas, totalizando mais de 65 MW de capacidade instalada.

A Companhia celebrou em dezembro de 2015 seu primeiro contrato de geração distribuída solar de 6 kWp dentro da área de concessão da AES Eletropaulo. Em março de 2016 já celebrou novo contrato de cerca de 15kWp, fora da área de concessão da AES Eletropaulo. A Companhia continua trabalhando na prospecção de clientes e em propostas comerciais dentro e fora da área de concessão das distribuidoras do grupo AES Brasil.

Em armazenamento de energia, por meio de baterias (Energy Storage²⁰), a AES é líder mundial, e no Brasil, a AES Tietê Energia é pioneira em oferecer esta solução para o mercado. A Companhia mantém diálogo com entidades do setor elétrico para apresentar a tecnologia, suas aplicações e benefícios, bem como contribuir para o aprimoramento do modelo regulatório, visando fomentar o crescimento de soluções de armazenamento.

Com possibilidade de diversas aplicações algumas das mais promissoras no país são integração de fontes renováveis intermitentes, geração de ponta, diferimento/otimização de investimentos em linhas de transmissão, e equilíbrio da rede elétrica por meio da regulação da frequência e tensão da rede, aumentando a confiabilidade e eliminando interrupções no fornecimento de energia.

Esta tecnologia permite respostas praticamente instantâneas, com rápida implementação e flexibilidade de operação. As baterias são escaláveis, podendo aumentar sua capacidade conforme a necessidade, e modulares, uma vez que podem ser distribuídas ao longo da rede.

A usina hidrelétrica de Bariri da AES Tietê Energia será a primeira usina nacional a ser integrada a um sistema de baterias para armazenar sua geração. O projeto piloto, com capacidade de até 0,5 MW em baterias de íons de lítio, será instalado em 2016 para demonstrar a clientes e órgãos reguladores como os equipamentos funcionam na prática. Com isso, a Companhia passará a fazer parte do mapa mundial do armazenamento de energia.

ENGAJAMENTO DE PÚBLICOS DE RELACIONAMENTO

COLABORADORES

A AES Brasil tem como compromisso promover avanços no setor, educar a população para o consumo consciente e desenvolver colaboradores, parceiros e comunidades.

Um dos objetivos da AES Tietê Energia é a retenção de seus colaboradores, que contribui para a meta de atingir 85% de satisfação no ambiente de trabalho em 2016 - em 2015, esse índice foi de 82% na companhia. Um dos principais indicadores é a rotatividade voluntária, que apresentou aumento no 1T16 em relação ao mesmo período de 2015, alcançando 0,86%, frente a 0,57%.

Indicador de Desempenho	2014	2015	1T15	1T16
Rotatividade Voluntária	2,90%	2,86%	0,57%	0,86%

²⁰ A AES possui 8 anos de experiência nesta tecnologia. Atualmente com 384 MW de sistemas de armazenamento em operação, construção ou fase final de desenvolvimento, a AES possui o maior parque de armazenamento de energia com baterias e já está na 4ª geração da sua solução, o ADVANCION.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa é o sistema pelo qual uma Companhia é controlada e monitorada e envolve as práticas e os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, conselho fiscal e diretoria. A adoção de boas práticas de governança é essencial para a gestão estratégica e eficiente do negócio. Com foco na criação de valor para seus acionistas, a Companhia continuamente trabalha para aprimorar suas práticas.

No âmbito interno, a AES Tietê Energia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. O Conselho de Administração é responsável pelo planejamento e pelas questões estratégicas da empresa. Atualmente, o Conselho de Administração é composto por vinte membros, sendo onze membros efetivos e nove membros suplentes. Dentre os seus membros, sete efetivos e seis suplentes foram indicados pelo acionista controlador, um efetivo e respectivo suplente pela BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, um é membro efetivo e independente indicado pelo controlador, um membro efetivo e respectivo suplente é indicado pelos acionistas minoritários e também considerados conselheiros independentes e o último membro efetivo e respectivo suplente foi eleito pelos colaboradores da Companhia. O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração se encerrará na data da realização da Assembleia Geral que examinará as contas da administração da Companhia referentes ao exercício social que findará em 31 de dezembro de 2017.

A Diretoria é composta por sete membros, incluindo o Diretor Presidente e o de Relações com Investidores. Os membros da Diretoria Executiva desempenham suas funções de acordo com o objeto social da Companhia, conduzindo os negócios e operações com estrita observância das disposições do Estatuto Social, das decisões das Assembleias Gerais de Acionistas e do Conselho de Administração.

Atualmente, a Companhia possui um Conselho Fiscal, que tem como principal função fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários. Além disso, o Conselho Fiscal também é responsável por analisar trimestralmente o balancete e as demonstrações contábeis elaboradas pela Companhia, opinar sobre o relatório anual da administração e as propostas dos órgãos da administração a serem submetidos em assembleia geral. O Conselho Fiscal da Companhia é atualmente composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, dos quais: dois efetivos e respectivos suplentes foram indicados pelo acionista controlador, um efetivo e respectivo suplente foi indicado pela BNDESPAR e dois efetivos e respectivos suplentes foram indicados pelos acionistas minoritários preferencialistas e ordinaristas da Companhia.

Além de ter sua gestão administrativa fiscalizada pelo Conselho Fiscal, para atendimento à Lei Sarbanes-Oxley, a AES Tietê Energia avalia anualmente seu ambiente de controles internos com o objetivo de garantir acuracidade e transparência em suas demonstrações financeiras.

TRANSPARÊNCIA E ÉTICA

O Programa de Ética e Compliance da AES Brasil foi criado a partir do compromisso da empresa com a transparência e com a asseguarção da conduta ética em todos os seus negócios, bem como visando atender às legislações nacionais e estrangeiras aplicáveis. As iniciativas desenvolvidas no âmbito do programa visam resguardar os mais elevados níveis de integridade e de valores éticos junto a todos os públicos de relacionamento do Grupo.

O programa de educação e treinamento conta com diversas iniciativas relacionadas aos temas de Ética, Compliance, Valores Corporativos e Anticorrupção, entre outros, para colaboradores de todos os níveis hierárquicos das empresas.

Além disso, a AES Brasil conta com o AES Helpline, um canal de comunicação aberto a todos os públicos de relacionamento do Grupo e disponível 24 horas por dia e 365 dias do ano para receber e tratar alegações de desvio ético ou dúvidas relacionadas aos Valores da empresa.

COMPLIANCE CONTRATUAL

A AES Tietê Energia está comprometida em conduzir negócios éticos com seus parceiros comerciais. Como parte do Programa de Ética e Compliance, antes de a empresa se engajar em qualquer transação comercial, a due diligence de compliance é conduzida para avaliar riscos de novos negócios com potenciais parceiros, prestadores de serviços ou fornecedores. Para tanto, a companhia realiza o mapeamento desses riscos de acordo com a legislação anticorrupção norte americana Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), a Lei Anticorrupção Brasileira e as demais determinações e vedações do quadro legal brasileiro.

Declarações contidas neste documento relativas a perspectivas dos negócios da AES Tietê Energia, projeções de resultados operacionais e financeiros e ao potencial de crescimento da Empresa, constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao futuro da Companhia. Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado, do desempenho econômico do Brasil, do setor elétrico e do mercado internacional, estando, portanto, sujeitas a mudanças.

EQUIPE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CONTATOS

Gerência de Relações com Investidores Tel.: (11) 2195-7048		
Gerente de RI	E-mail	Telefone
Isabela Klemes Taveira	isabela.taveira@aes.com	(11) 2195-2212
Analistas de RI	E-mail	Telefone
Gabriela Rigo Bussotti	gabriela.bussotti@aes.com	(11) 2195-7433
Juliana Costa Affonso	juliana.costa@aes.com	(11) 2195-4092
Laura Volpe de Carvalho	laura.carvalho@aes.com	(11) 2195-7416
ri.aestiete.com.br ri.aestiete@aes.com		

ANEXOS - AES Tietê Energia S.A.

DADOS CONSOLIDADOS - R\$ mil

CONSOLIDADO		
ATIVO	31.12.2015	31.03.2016
ATIVO CIRCULANTE	1.185.381	1.015.259
DISPONIBILIDADES	746.768	734.221
Caixa e bancos	558	545
Aplicações financeiras	746.210	733.676
CRÉDITOS	299.511	164.442
Revededores	27.697	154.088
Outras contas a receber	271.814	10.354
OUTROS	139.102	116.596
Tributos e contribuições sociais	22.515	27.945
Tributos a recuperar	113.731	78.228
Outros créditos	2.269	4.014
Despesas pagas antecipadamente	587	6.409
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.451.398	3.435.901
Tributos e contribuições sociais diferidos	179.860	174.811
Outros tributos compensáveis	789	789
Cauções e depósitos vinculados	37.008	37.829
Outros créditos	43	39
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
Imobilizado	3.145.358	3.136.044
Intangível	75.265	73.314
Revededores	13.075	13.075
TOTAL DO ATIVO	4.636.779	4.451.160

CONSOLIDADO		
PASSIVO	31.12.2015	31.03.2016
PASSIVO CIRCULANTE	915.933	647.938
FINANCIAMENTOS	160.597	183.461
Arrendamento Financeiro	314	297
Debêntures	160.283	183.164
FORNECEDORES	351.563	332.062
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	312.568	33.558
DIVIDENDOS PROPOSTOS E DECLARADOS	36.828	36.828
PROVISÕES	14.090	15.702
Provisão para litígios e contingências	14.090	15.702
OUTRAS CONTAS A PAGAR	40.287	46.327
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.702.380	1.710.251
FINANCIAMENTOS	1.231.061	1.239.109
Arrendamento Financeiro	491	435
Debêntures	1.230.570	1.238.674
PROVISÕES PARA LITÍGIOS E CONTINGÊNCIAS	76.823	72.102
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS	381.347	383.963
PROVISÃO PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	9.591	11.437
OUTROS	3.558	3.640
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.018.466	2.092.971
Capital Social	262.018	262.018
Reservas de Capital	352.553	352.595
Reservas de Lucro - Legal/Estatutária	52.404	52.404
Ajuste de avaliação patrimonial	923.107	908.187
Dividendos adicional propostos	428.384	428.384
Lucros acumulados	-	89.383
TOTAL DO PASSIVO	4.636.779	4.451.160

Demonstração dos Resultados	1T15*	1T16	Var (%)
Receita Operacional Bruta	733.551	432.815	-41,0%
Suprimento e Transporte de Energia	733.533	432.793	-41,0%
Outras Receitas	18	23	26,2%
Deduções da Receita Operacional	(43.549)	(49.663)	14,0%
Receita Operacional Líquida	690.002	383.152	-44,5%
Custos do Serviço de Energia Elétrica	(342.670)	(246.845)	-28,0%
Pessoal	(17.623)	(22.707)	28,8%
Entidade de Previdência Privada	(610)	(526)	-13,8%
Material	(1.266)	(1.924)	52,0%
Serviços de Terceiros	(16.102)	(21.327)	32,4%
Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos	(11.492)	(22.955)	99,7%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(215.775)	(98.039)	-54,6%
Transmissão e Conexão	(28.145)	(29.914)	6,3%
Taxa de Fiscalização/Encargos	(1.539)	(1.745)	13,4%
Depreciação e Amortização	(42.758)	(42.099)	-1,5%
Provisões Operacionais	(3.406)	(479)	-85,9%
Outras despesas (receitas) operacionais	(3.954)	(5.130)	29,7%
Resultado do Serviço	347.332	136.307	-60,8%
EBITDA	390.090	178.406	-54,3%
Amortização de intangível de concessão	(14.026)	-	-100,0%
Receita (Despesa) Financeira	- 34.381	- 23.416	-31,9%
Receitas Financeiras	21.283	24.048	13,0%
Despesas Financeiras	(48.420)	(52.055)	7,5%
Variações Monetárias/cambiais - líquidas	(7.244)	4.591	-163,4%
Resultado Antes dos Tributos	298.925	112.891	-62,2%
Provisão para IR e Contribuição Social	(108.257)	(30.786)	-71,6%
Impostos Diferidos	3.126	(7.642)	-344,5%
Lucro Líquido do Exercício	193.794	74.463	-61,6%

* valores ajustados para pós reestruturação

GLOSSÁRIO

ADR (American Depositary Receipt) - Recibos de ações de fora dos Estados Unidos negociados na Bolsa de Nova York. Como ações de companhias estrangeiras não podem ser negociadas diretamente no mercado americano, os papéis ficam sob custódia de uma instituição financeira, e seus recibos circulam na Bolsa de Nova York. Acabam acompanhando a variação das ações em seu país de origem e do câmbio entre os dois mercados.

ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) - Autarquia sob regime especial, que tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no Brasil, zelando pela qualidade do serviço prestado, pelo trato isonômico dispensado aos usuários e pelo controle da razoabilidade das tarifas cobradas aos consumidores, preservando a viabilidade econômica e financeira dos agentes e da indústria.

Capacidade instalada dos sistemas interligados - É o somatório das potências nominais das centrais geradoras e instalações de importação de energia em cada um dos sistemas interligados das regiões Norte/Nordeste e Sul/Sudeste/Centro-Oeste. Neste último caso não é considerada a potência nominal relativa à Itaipu Binacional.

Capacidade instalada nacional - É a soma das capacidades instaladas dos sistemas interligados, acrescida das capacidades instaladas dos sistemas isolados.

CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) - Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. Atua sob autorização do Poder Concedente e da regulação e fiscalização da ANEEL, com a finalidade de viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre os agentes da CCEE, restritos ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

CDI (Certificado de Depósito Interbancário) - Taxa de referência no mercado de juros, originada da média negociada entre instituições financeiras.

CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) - Agência do governo responsável pelo controle, fiscalização, e licenciamento de atividades geradoras de poluição, com a preocupação de preservar e recuperar a qualidade das águas, do ar e do solo.

CFURH (Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos) - Instrumento que busca ressarcir financeiramente os municípios atingidos pela água dos reservatórios das hidrelétricas.

CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) - Na condição de órgão de assessoramento do Presidente da República, o conselho formula políticas e diretrizes energéticas.

COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) - Contribuição federal, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas. Em geral é destinada a financiar a seguridade social.

CONER (Conta de Energia de Reserva) - Com o início da comercialização de Energia de Reserva, a CCEE passou a representar os agentes de consumo desse tipo de energia e a responder pela centralização da relação contratual entre as partes e pela gestão dos recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva (Coner).

Contrato bilateral - Instrumento jurídico que formaliza a compra e venda de energia elétrica entre agentes da CCEE, tendo por objeto estabelecer preços, prazos e montantes de suprimento em intervalos temporais determinados.

Covenants - Compromisso em um contrato de emissão de títulos, restringindo determinadas situações ou atividades com o objetivo de dar maior segurança ao financiador.

CVaR (Valor Condicionado a um Dado Risco) - Metodologia que considera os cenários hidrológicos mais desfavoráveis na definição da política de operação do sistema. A aplicação da metodologia embute o custo do despacho termelétrico no Preço de Liquidação das Diferenças, usado nas operações do mercado de curto prazo.

EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation & Amortization Expenses) - Resultados financeiros da empresa antes de serem subtraídos os juros, impostos, depreciação e despesas de amortização.

ENA (Energia Natural Afluente) - Medida em MW médios, é uma forma de apresentar a situação da vazão de um rio em um dado momento. Usualmente é calculada em percentual para mostrar se está acima ou abaixo da média histórica de longo termo (média mensal do histórico de 1931 a 2011).

Energia Secundária - Energia resultante do processamento de energia primária (que é natural e renova a si mesma) nos centros de transformação.

EPE (Empresa de Pesquisa Energética) - Empresa pública federal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Órgão responsável pelo planejamento energético nacional, englobando geração, transmissão, distribuição, petróleo e gás.

ESS (Encargos de Serviços do Sistema) - Encargo setorial que representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do SIN para o atendimento do consumo da energia elétrica do Brasil.

Garantia Física (Garantia Assegurada) - É a quantidade máxima de produção de energia elétrica que pode ser mantida pelas usinas hidrelétricas durante um determinado período de tempo, admitindo a ocorrência de todo possível risco, como a variabilidade hidrológica.

GSF (Generation Scaling Factor/Fator de Ajuste da Garantia Física) - O percentual de energia que todos os participantes do MRE estão gerando em relação ao total da sua Garantia Física.

IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) - Agência do governo responsável pela preservação, controle, fiscalização e conservação da fauna e flora, além de realizar estudos sobre o ambiente e conceder licenças ambientais para empreendimentos que possam impactar na natureza.

IEE (Índice de Energia Elétrica) - Índice setorial da BMF&BOVESPA que tem como objetivo medir o desempenho do setor de energia elétrica.

IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) - Medido mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o índice de inflação mensal calcula a variação dos preços no comércio, refletindo o custo de vida para famílias com renda mensal de 1 a 40 salários mínimos.

IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) - Índice de inflação mensal, medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que calcula a variação de preços no mercado de atacado, consumo, e construção civil, considerando inclusive produtos importados. O indicador apura as variações de preços de matérias-primas agrícolas e industriais no atacado e de bens e serviços finais no consumo.

ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) - Ferramenta para análise comparativa do desempenho das empresas listadas na BMF&BOVESPA sob o aspecto da sustentabilidade corporativa. Busca criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimular a responsabilidade ética das corporações.

LP (Licença Ambiental Prévia) - Procedimento administrativo realizado pelo órgão ambiental competente, que pode ser federal, estadual ou municipal, para licenciar a instalação, ampliação, modificação e operação de atividades e empreendimentos que utilizam recursos naturais, que sejam potencialmente poluidores ou que possam causar degradação ambiental.

Mercado de curto prazo - Mercado que admite transações em que a entrega da mercadoria ocorre a curto prazo e o pagamento é feito à vista. É comum recorrer a este mercado para a obtenção de energia elétrica com urgência, normalmente devido à escassez do recurso, o que torna os preços elevados.

MRA (Mecanismo de Redução de Energia Assegurada) - Avalia se as usinas participantes do MRE cumpriram os requisitos de disponibilidade estabelecidos pelo ONS. A avaliação é feita por meio de uma comparação entre os parâmetros verificados de interrupções programadas e forçadas em relação aos parâmetros de referência estabelecidos pela ANEEL. Quando os valores verificados superam os valores de referência, há redução da Garantia Física da usina apenas para fins de aplicação do MRE, não reduzindo o recurso da usina que pode ser comercializado.

MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) - É direcionado a um pleno aproveitamento do parque produtivo, resultando num processo de transferência de energia entre geradores.

ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) - Pessoa jurídica de direito privado autorizada a executar as atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica nos sistemas interligados.

PCLD (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) - A provisão é realizada para cobrir perdas possíveis na cobrança das duplicatas a receber ou em outros créditos existentes na empresa. É constituída sempre que houver alguma evidência ou expectativa de perdas na realização destes créditos.

PIS (Programa de Integração Social) - Tem a finalidade de promover a integração do empregado com o desenvolvimento da empresa em que trabalha. Através do cadastramento no programa, o trabalhador recebe um número de inscrição que possibilita consulta e saques de benefícios sociais.

PLD (Preço da Liquidação das Diferenças) - Preço de curto prazo, pelo qual são liquidadas as diferenças entre a energia contratada e gerada. A volatilidade do preço está diretamente relacionada à dinâmica das afluências.

PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) - Empreendimentos hidrelétricos com potência superior a 1.000 KW e igual ou inferior a 30.000 KW, com área total de reservatório igual ou inferior a 3,0 Km.

Sazonalização - A sazonalização admite que o volume de energia entregue à AES Eletropaulo varie ao longo do ano, de acordo com a demanda do mercado atendido por aquela companhia. A variação normalmente acontece de acordo com as diferentes estações climáticas do ano.

SGA (Sistema de Gestão Ambiental) - Busca identificar, controlar, e melhorar constantemente impactos ambientais.

SIN (Sistema Interligado Nacional) - Sistema hidrotérmico de grande porte, com forte predominância de usinas hidrelétricas, composto por usinas geradoras das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país. A operação no sistema é baseada na interdependência, integrando recursos hidrelétricos de geração e transmissão de energia para atender o mercado. A interligação viabiliza a troca de energia entre regiões com diferentes variações climáticas e hidrológicas, que tendem a ocasionar excedente ou escassez de produção. O sistema também prevê a redução de custos operativos e a minimização da produção térmica.

TAR (Tarifa Atualizada de Referência) - É utilizada para o cálculo da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos. A tarifa é reajustada anualmente com base no IPCA.

TUSDg (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição para as geradoras) - Tarifa destinada ao pagamento pelo uso do sistema de distribuição.

UHes (Usina Hidrelétrica de Energia) - Empreendimentos hidrelétricos com potência superior a 30.000 KW, com área total de reservatório superior a 3,0 Km.

VN (Valor Normativo) - Custo de referência para cotejamento entre preço de compra e o preço a ser repassado às tarifas.